UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC

CLAUDETE COSTA QUARESMA RANIERI

EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: MEMÓRIA DE LUTA NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

CAMETÁ- PA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC

CLAUDETE COSTA QUARESMA RANIERI

EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: MEMÓRIA DE LUTA NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins da Universidade Federal do Pará. Como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura, sob orientação do Professor Dr. Waldir Ferreira de Abreu.

CAMETÁ- PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R197e Ranieri, Claudete Costa Quaresma Ranieri

EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: MEMÓRIA DE LUTA NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA : Educação e Resistencia em comunidade Quilombola / Claudete Costa Quaresma Ranieri Ranieri. - 2016.

130 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu. Abreu

1. Educação. 2. Resistência. 3. comunidade Quilombola. 4. Diversidade Étnico Racial. 5. Identidade Negro Quilombola. I. Abreu, Waldir Ferreira de Abreu., orient. II. Título

CDD 370

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC

CLAUDETE COSTA QUARESMA RANIERI

EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: MEMÓRIA DE LUTA NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, Linha Pesquisa Educação Básica, Tecnologias e Movimentos sociais na Amazônia, Universidade Federal do Pará Campus de Cametá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação e cultura.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu
Orientador
(Presidente/UFPA)

_____
Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira
(Membro Interno/UFPA)

_____
Prof.ª Dr.ª Maria das Graças da Silva
(Membro Externo/UEPA)

Aos meus pais Pedro Rodrigues Quaresma (in Memória) e Clélia da Costa Quaresma, pelo exemplo de determinação, luta e amor.

Ao meu esposo Attilio Kleber Ranieri, meus filhos Amanda e Audrey e minha sogra Dalila Ranieri pela abdicação, parceria, paciência e incentivo nos momentos difíceis.

Ao Meu Orientador Dr. Waldir Abreu pela perseverança em meio às adversidades.

A ilustre Banca que se dispôs a ler e contribuir com este trabalho.

A comunidade do Baixo Itacuruçá pelo aconchego, carinho e atenção com o qual tem me recebido

Ao Senhor Raimundo Dilo do Couto(in memória) cidadão ilustre de Itacuruçá, que tive o privilegio de conhecer e o ouvir falar sobre as memórias e resistência de seu povo quilombola. Sua liderança e carisma não serão esquecidos.

.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, pois no percurso da construção de um sonho, que se configurou com o ingresso ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura a conclusão da pesquisa, um longo caminho se fez que nos remeteu a renuncias, escolhas, desespero e até mesmo solidão que se estenderam a família, amigos e companheiros. A estes quero agradecer pelo apoio e incentivo que me fizeram vislumbrar a linha de chegada e nomeá-los:

Ao meu Deus que tem feito na minha vida o impossível acontecer dando-me força, confiança e me fazendo a cada dia romper em fé;

Ao Campus Universitário do Tocantins onde em tempos difíceis cursei minha graduação e agora retornei e pude com alegria ver o quanto cresceu e se consolidou em propostas, programas e projetos que tem mudado vidas e conseqüentemente sociedade;

Aos professores do Programa de Pós Graduação em educação e Cultura.que com responsabilidade e compromisso compartilharam mais do que conhecimentos e reflexões teóricas, mas propostas educativas que valorizam a diferença e nos faz pensar no outro, em especial aos professores: Nonato Falabelo, Mara Rita Duarte, Odete Cruz, Celeste Pinto, Andrea Domingues, Gilcilene Costa, Valdinei Albuquerque, Doriedson Rodrigues , Gilmar da Silva pela valiosa contribuição a este trabalho;

Ao querido orientador profº Dr. Waldir Ferreira de Abreu, a quem registro minha admiração , respeito e gratidão pela parceria e incentivo na construção da dissertação;

A Prof. Maria das Graças da Silva e ao Prof.. Raimundo Nonato Falabelo pelas contribuições na banca de qualificação, suas intervenções foram muito importantes para o seguimento da pesquisa.

Aos colegas da Turma de Mestrado 2015, com quem compartilhei amizade, alegria, trocas de conhecimento e experiência;

Aos/as amigos/as e colegas que conheci e marcaram essa trajetória e com os quais compartilhamos angustias, esperanças, sorrisos e desesperos nesses 24

meses: Isabel Padinha, Jaqueline Bastos, Zenaide leão, José Orlando Miranda júnior, Marcos Fonseca, Rosiane Peixoto, Rosilda Vaz, Erenilda, Rosinaldo (que possibilitou meu primeiro acesso a comunidade de pesquisa). Não tenho palavras para expressar o carinho e a amizade que sinto por vocês;

Aos meus amados pais, pelo exemplo de determinação, amor, fé e esperança que constitui o meu modo de ser e estar no mundo;

Aos meus irmãos com quem sempre contei em vários momentos da minha vida , em especial a minha irmã Antônia e meu cunhado Eduardo que cuidaram dos meus filhos nas minhas sucessivas ausências no momento de estudo e pesquisa;

Ao meu esposo que sem escolha ficou em outro município mas mesmo assim se manteve presente com apoio, carinho, atenção, solidariedade e companheirismo estando sendo em prontidão nos momentos que mais precisei;

Aos filhos Amanda e Caiky que estiveram presentes neste momento e compartilharam o estranhamento e desafios de um novo espaço com novos amigos, novas dificuldades, costumes e hábitos que nos acrescentaram. Foram minha inspiração nas escritas silenciosas das madrugadas embalada pelo som da dormida inocente;

A Comunidade do Baixo Itacuruçá que me recebeu com carinho e respeito permitindo adentrar o universo de saber instigante da população Quilombola desta região e se tornaram colaboradores desde trabalho;

A presidência e coordenação da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Abaetetuba Sr Edilson pela participação e apoio a pesquisa

Aos professores, pais, alunos, equipe da Escola quilombola Santo André, em especial ao diretor Sr. Reinaldo dos Santos e Maria Conceição Quaresma pela gentileza em me receber na escola, possibilitando através de suas vozes conhecimento sobre a realidade, a historias e os desafios enfrentados diariamente.

A todos os colaboradores minha eterna gratidão pela oportunidade, experiências e aprendizado.

“Não haveria cultura nem história sem inovação, sem criatividade, sem curiosidade, sem liberdade sendo exercida ou sem liberdade pela qual, sendo negada, se luta.” (Paulo Freire em “Pedagogia da Indignação”)

RELAÇÃO DE SIGLAS

AMIA – Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba.

ARQUIA – Associação de Remanescente de Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba.

ARQUINEC – Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia.

CRAS – Centro de Referencia e Assistência Social.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

FEITRACESCQ - Feira de Tradição e Cultura da Escola Quilombola

GEPESEED - Grupo de Estudo Pesquisa, Extensão, Sociedade, Estado e Educação.

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária.

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

ITR – Imposto Territorial Rural.

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação.

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MORIVA – Movimentos dos Ribeirinhas e Ribeirinhos das Ilhas e Várzea de Abaetetuba.

PPGEDUC - Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia educacional

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

UFPA- Universidade Federal do Pará

LISTA DE IMAGENS E FOTOGRAFIAS

Foto 1- Ramal do Itacuruçá no período das chuvas.....22
Foto 2: Aluno cadeirante levado ao barco.....23

Foto 3- Alunos deficientes visuais.....24
Foto 4: Precariedade da Ponte de acesso a Escola.....24
Foto 5 Retiro 25
Quadro Ações Políticas para comunidade Quilombola .....38 e 39
Mapa1-Comunidade quilombola de Itacuruçá, com as vias de acesso.....41

Foto 6 Trabalho na Olaria em período de Maré alta.....43

Foto 7- Alunos egressos da escola santo André 54
Foto 8- Mulher conduzindo a rabeta para levar filho à escola.....56
Foto 9. Fabricação de canoa.....57.
Foto 10 Comunidade São João do Médio Itacuruçá.....60.
Foto11 Comunidade Nª Srª do Perpetuo Socorro do Baixo Itacuruçá.....61.
Foto 12- Sala de informática.....61
Foto 13: Ramal do Itacuruçá ou Ramal do Ernandes como é conhecido.....62.
Foto 14 Cartaz Exposto pela escola.....87
Foto 15 Escola Santo André.....93
Foto 16- Anexo da escola.....93
Foto 17:Rio Itacuruçá -caminho da escola.....95
Foto 18- Transporte Escolar.....95
Foto 19- Sala de informática.....97

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa Educação e Resistência na Comunidade do Baixo Itacuruçá em Abaetetuba no Pará: O Papel da Escola Santo André na Afirmação e Valorização da Identidade Quilombola, que objetiva compreender como esses processos educativos contribuíram e contribuem para as vivências cotidianas dos elementos constitutivos da resistência quilombola: a educação, a memória e a identidade. Subsidiado teoricamente nos referenciais da educação popular, especialmente nas obras de José Reis, Flávio Gomes, Vicente Salles,Robert Slenes, Nilma Lino Gomes, Miguel Arroyo,Tomas Tadeu da Silva, Antônio Ciampa, Frigoto, Vera Candau, buscamos entender o quilombo na sua epistemologia da resistência. A metodologia da pesquisa etnográfica foi subsidiada pelos aportes do conhecimento colaborativo., A inserção na comunidade aconteceu no período de dezembro de 2015 a agosto 2016. Participaram da pesquisa 18 pessoas e na análise das falas desses colaboradores buscamos compreender como esses processos educativos de resistência e práticas curriculares contribuíram e contribuem para a construção da identidade quilombola dessa comunidade. O estudo foi elaborado por meio da pesquisa de campo, com a utilização da técnica da coleta de dados, observação, registro do cotidiano no diário de campo.O *lócus* da investigação limitou-se a comunidade Nossa senhora do Perpetuo socorro no Baixo Itacuruçá em Abaetetuba no estado do Pará, por ser uma comunidade Quilombola, com uma trajetória de luta e resistência para garantia de direitos a educação e melhoria nas condições de vida, onde a escola busca se firma como protagonista neste processo de resistência. O registro de caráter etnográfico, a partir de um diário de campo, tem favorecido tal observação. A análise das entrevistas nos possibilitou perceber a emergência de duas compreensões de educação oriundas das falas dos profissionais da educação entrevistados: a de que educação escolar passa por descaso do poder público e que evidencia se como um instrumento da perpetuação e disseminação do preconceito; a de que a educação construída no espaço escolar, através da luta da comunidade, das organizações pode ser um instrumento de transformação dessa própria realidade .

Palavras-chave: Educação –Resistência- comunidade Quilombola- Diversidade Étnico Racial- Identidade Negro Quilombola.

ABSTRACT

This paper presents the results of research Education and Resistance in the Lower Itacuruçá Community in Abaetetuba in Pará: The Role of School St. Andrew in Affirmation and Exploitation of Quilombo Identity, which aims to understand how these educational processes contributed and contribute to the daily experiences of constituent elements of community resistance: education, memory and identity. Subsidized theoretically in reference to popular education, especially in the works of José Reis, Flávio Gomes, Vicente Salles, Robert Slenes, Nilma Lino Gomes, Miguel Arroyo, Tomas Tadeu da Silva, Antonio Ciampa, Frigoto, Vera Candau, we seek to understand the quilombo in its epistemology of resistance. The methodology of ethnographic research was supported by the contributions of collaborative knowledge., The insertion in the community took place from December 2015 to August 2016. The participants were 18 people and the analysis of the speeches of these employees seek to understand how these educational processes of resistance and curricular practices contributed and contribute to the construction of the quilombo identity of this community. The study was prepared by field research, using the technique of data collection, observation, daily journaling of campo.O locus of the investigation was limited to the community Our Lady of Perpetual Help in the Lower Itacuruçá in Abaetetuba in the state of Pará, as a Quilombola community, with a history of struggle and resistance to guarantee rights to education and improvement in living conditions, which the school seeks to firm as the lead in this process of resistance. The ethnographic record, from a field diary, has favored such an observation. Analysis of the interviews enabled us to see the emergence of two educational insights derived from the statements of the respondents education professionals: that education goes through neglect of the government and which shows up as an instrument of perpetuation and spread of prejudice; to that education built at school, through the community of struggle, organizations can be an instrument of transformation of reality itself.

Keywords: Education -Resistência- Quilombola- Ethnic Diversity racially Black Quilombo Identity

Sumário

INTRODUÇÃO 13

SEÇÃO I- AS TRILHAS DA PESQUISA 20

1.1. A entrada em Campo 20

1.2- Os caminhos da Pesquisa: Metodologia, Organização e Analise de dados 27

1.3-O Processo de Implantação e Funcionamento da Escola Santo André nas narrativas orais 29

SEÇÃO II – ITACURUÇÁ: COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: MOVIMENTOS E LUTAS POLÍTICAS 31

2.1- Histórico da ocupação- formação dos quilombos na Amazônia e na região de Abaetetuba 31

2.2. As Comunidades Remanescentes de Quilombos na Atualidade 35

2.2.1- Itacuruçá: Cotidiano e lutas Políticas 41

2.3- A Política Educacional para a Educação Quilombola de Itacuruçá 51

2.4- As práticas de Resistências Quilombolas 55

SEÇÃO III : - A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA LUTA E RESISTÊNCIA 65

3.2 A importância do Estudo da Cultura Afro-Brasileira e africana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. 75

3.3- O CURRÍCULO ESCOLAR: Identidade e Educação Escola Quilombola 80

3.4- A identidade Quilombola dos negros de Itacuruçá 85

SEÇÃO IV - A EDUCAÇÃO E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: LUTAS E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA. 90

4.1. A Escola Quilombola E.M.E.F Santo André 91

4.2. O Currículo da EMEF Santo André: Desafios e Possibilidades. 99

4.3 – Processos Educativos do aquilombamento da Comunidade do Baixo Itacuruçá 106

Quando o Final nos remete ao começo... 109

FONTES DA PESQUISA 113

2- FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS 114

3- FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS 115

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 115

ANEXOS 124

INTRODUÇÃO

> "A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria".
> Paulo Freire

Como chegamos até aqui?

A proposta nasceu da necessidade de compreender como vem se tecendo entre as comunidades remanescentes de quilombo a relação entre educação escolar, o processo de resistência na abordagem da diversidade étnico-racial na escola e com isso a inter-relação com a afirmação e a valorização da identidade negra no contexto sócio-cultural de uma escola quilombola. Para tanto, uma das questões de pesquisa que se apresenta é: *Como as identidades negras quilombolas são construídas?*

A escolha do espaço pesquisado partiu da sugestão do Orientador prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu que conhecia a Comunidade Quilombola de Itacuruçá localizada na Zona ribeirinha de Abaetetuba no Pará. Na oportunidade não havíamos decidido em qual das três localidades de Itacuruçá (Baixo , médio e Alto) a pesquisa seria desenvolvida.

A primeira visita ao território quilombola foi realizada em dezembro de 2015, na ocasião fomos pelo Ramal[1] de Itacuruçá em companhia com o Sr Edilson, presidente da ARQUIA[2] e da professora da UFPA Drª. Mara Rita Duarte que iriam participar de fórum com a comunidade de São João do Médio Itacuruçá. Foi uma oportunidade única, pois tive a oportunidade de percorrer o ramal que liga as comunidades quilombolas, ouvir o representante da ARQUIA falar sobre os problemas e conquista da Associação, conhecer boa parte dos moradores daquela região e o seu modo de vida e visitar as localidades do Médio e do Baixo Itacuruçá.

[1] Estrada de chão que dá acesso a comunidade de Itacuruçá

[2] Associação de Remanescente de Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba.

Fiquei encantada com a dinâmica, organização e a receptividade dos moradores ribeirinhos que com carinho faziam questão de mostrar a riqueza cultural do seu povo, construída pela resistência e luta de seus antepassados.

A Escola Santo André, a primeira a ser visitada, ainda estava toda ornamentada com os cartazes e objetos usados na IX FEITRACESCQ,(Feira de Tradição e Cultura da Escola Quilombola) realizada no dia 20 de novembro em comemoração ao dia da Consciência Negra.

O diretor da Escola estava a nossa espera e foi logo com entusiasmo nos apresentando a escola e falando dos projetos que vem sendo desenvolvido em parceria com a comunidade. A Escola Santo André é a única do território quilombola que oferece de Ed Infantil ao Ensino Médio. Esse fato foi decisivo para que a escola se tornasse o do *lócus* da pesquisa.

Entendo que pesquisar sobre a história de luta das comunidades quilombolas, vem fortalecer a educação do campo, pois está assentada em base teórica, na diversidade cultural, nos processos de interação e transformação do campo, para conhecimento da sociedade, da natureza e da vida.

Desde o início da pesquisa fui provocada, por esse mundo de práticas, sentidos e significados complexos que se apresentam ao mesmo tempo em que reconheço os elementos da própria história cultural da região.

Para contribuir com a discussão das categorias presentes na pesquisa foram acrescidos, além da bibliografia sugerida nas disciplinas do curso outros autores, por exemplo Rober W. Slenes , João José Reis, Flávio Gomes, Nilma Lino, Petronilha Beatriz Gonçalves e outros que refletem a concepção de Quilombo como movimento político que buscam visibilidade afirmação e valorização do negro na sociedade brasileira.

A compreensão da construção do processo educativo no contexto da diversidade Étnico racial, exigiram novas leituras, confeccionando o repertório conceitual e amparando-me na compreensão da realidade estudada e nos passos trilhados durante o processo metodológico.

Aos ensinamentos dos autores estudados, destaco de Valla (1996, p. 178) de que

> "nossa dificuldade de compreender o que os membros das classes subalternas estão nos dizendo está relacionada mais com nossa postura do que com questões técnicas, [...] parte da nossa compreensão do que está sendo dito decorre da nossa capacidade de entender quem está falando".

A fala do outro deve ser interpretada dentro do seu sistema de referencias, será a sua experiência de vida que dará o significado e o sentido a sua fala. Por isso, entendo que a Linha de Pesquisa Educação Básica, Tecnologias e Movimentos Sociais na Amazônia tem o cuidado de compor um referencial que prepare o pesquisador para a escuta sensível, para entender a experiência das classes subalternas na sua diversidade, contradições, códigos, lutas e conflitos.

A pesquisa tem como objeto as práticas educativas e a diversidade étnico-racial na escola como forma de resistência de uma comunidade negra ribeirinha quilombola através de seus processos educativos. A luta pela afirmação, valorização, resistência e transformação são entendidas como movimento dialético que se fundamenta na memória e na identidade e são concretizadas em um quilombo, que entendemos ser um espaço dinamizador da cultura de matriz africana.

Na pesquisa buscou analisar, a partir das falas dos sujeitos da comunidade remanescente quilombola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, localizada no Baixo Itacuruçá, região de Ilha do Município de Abaetetuba no estado do Pará como a matriz curricular, que dinamiza a prática escolar, influencia no processo de construção da identidade étnico-racial da criança do adolescente quilombola, refletindo sobre a relação identidade, afirmação e valorização da cultura negra e as possíveis relações de fortalecimento identitários e político organizacional que podem estar presentes na construção.

O texto vem discutindo a relação da escola com a comunidade na construção da prática educativa e como este influencia no processo de construção da identidade étnico-racial e valorização da cultura quilombola que vem sendo objeto de debates, lutas e conquistas configuradas ao longo dos anos.

A década de 1990 é um marco na agenda da pesquisa educacional no que se refere as questões de relações étnico-raciais, considerando que é, sobretudo, a partir dessa década que tal temática tem sido enfatizada como objeto de pesquisas na área educacional.

Na década atual a institucionalização da Lei Nº. 10.639/2003 e da Resolução Nº. 1 de 17 de Junho de 2004 são marcos expressivos da perspectiva de igualdade de direitos, atendendo assim a demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação dos seus direitos.

Estudos, como os publicados em anais apontam que vem sendo desenvolvidas múltiplas ações pelo Governo Federal e pelos movimentos sociais negros visando combater as desigualdades sociais, de origem racial, e a superação do racismo, sendo a educação e seus pressupostos educacionais, uma base fundamental para a construção de uma consciência social dos sujeitos. São exemplos desses estudos publicações da SECAD[3] que contemplam um conjunto de pesquisas e estudos de autores de todas as regiões do país que abordam temáticas, a exemplo dos livros organizados por Silvério e Gonçalves e Silva (2003) intitulado Educação e Ações Afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica; Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 (SECAD, 2005); Braga, Souza e Pinto (2006) intitulado Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Tais publicações se constituem em importantes referenciais da revisão bibliográfica empreendida.

No Parecer CNE/CP 003/2004 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais é afirmado que

> O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas visando reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais, afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores

[3] SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

> precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.

A convicção de que a escola estando dotada das condições objetivas que garantam o acesso e a permanência com qualidade dos alunos pode contribuir decisivamente para a reeducação das relações entre as diversidades étnico-raciais que marcam nossa população brasileira e particularmente a amazônica, e estimula a proposição de pesquisa no sentido, de compreender as inter-relações entre o currículo e as práticas educativas dinamizadas na escola quilombola com ênfase na questão étnico-racial é indispensável. Ao optar por uma escola quilombola, uma premissa já está dada: a escola e seus sujeitos educativos assumem a(s) identidade(s) de ser quilombola. Tal premissa contribui para o delineamento do objeto-problema está situado no campo da Educação, resistência, e Diversidade Étnico Racial- - IDENTIDADE NEGRO QUILOMBOLA.

Acredita-se que o tema-objeto de pesquisa ora delimitado poderá contribuir para a formação de sujeitos mais sensíveis às questões raciais, ao conhecimento da cultura afro-brasileira e propiciaria a afirmação e valorização da identidade quilombola, como forma de reverter o quadro de preconceito e discriminação racial no Brasil e assim fortalecer os vínculos de pertencimento nas comunidades e sujeitos quilombolas.

Partindo dos objetivos propostos no projeto que são**:** Identificar como vem sendo dinamizado o currículo escolar, os conteúdos e práticas educativas, relacionados à diversidade étnico-racial, na Escola Quilombola santo André; Compreender a inter-relação entre o currículo, com ênfase na diversidade étnico-racial, e a afirmação e valorização da identidade quilombolas dos sujeitos educativos; Contribuir para o fortalecimento da produção de conhecimentos sobre a diversidade étnico-racial na Amazônia, em particular em escola quilombola no Pará, buscamos construir o referencial teórico Metodológico

A investigação desenvolver-se-á em três etapas interdependentes. A etapa inicial da pesquisa se constituirá na revisão da bibliografia existente sobre a temática a ser estudada, objetivando com isso o aprofundamento do referencial teórico; aliado a um levantamento documental que inclui documentos do Ministério da Educação, de titulação de terras da comunidade lócus da pesquisa em que se situa a escola, diário de classe, projeto pedagógico entre outros.

A segunda etapa consiste na pesquisa de campo referenciada no estudo de caso, na perspectiva de um maior aprofundamento das questões a serem analisadas, baseada na reflexão de Ludke e André (1986).

A terceira etapa da pesquisa consistirá na sistematização e análise dos dados coletados que culminou na produção da Dissertação de Mestrado, mediado pelo aprofundamento teórico da revisão bibliográfica empreendida.

A escola Santo André na qual a pesquisa será desenvolvida está situada na comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá, localizada à 50 minutos de barco e 35 minutos de carro do município de Abaetetuba.

Para a sistematização da pesquisa, organizamos o presente estudo em quatro seções. A Introdução descreve o objetivo e os pressupostos teóricos da pesquisa e a breve abordagem dos caminhos percorridos para a construção do objeto de estudo. Na primeira seção apresentaremos a trilha da pesquisa, a metodologia utilizada, os procedimentos, as técnicas e os critérios de seleção dos colaboradores desse trabalho, o processo de organização das categorias e de análise dos dados.

Na seção dois apresentaremos o lócus da pesquisa, a Comunidade quilombola de Itacuruçá e o breve Histórico da ocupação- formação dos quilombos na Amazônia e na região de Abaetetuba destacando os movimentos e lutas políticas e práticas de resistência Quilombolas.

A seção três, trás como tema **A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA LUTA E RESISTÊNCIA**. Nesta seção abordaremos a importância do estudo

da cultura afro-brasileira e africana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, a educação para diversidade, política Educacional para Quilombo através dos programas sociais e a construção da identidade étnico-racial. No mesmo contexto, pretende-se analisar as questões étnico-raciais e culturais no projeto político-pedagógico, calendário planos e projetos encaminhados pela secretaria de Educação de Abaetetuba e pela Secretaria Estadual de Educação .

A quarta seção buscará apresentar o processo de educação nas comunidades quilombolas com as lutas e valorização da identidade cultural negra. No primeiro momento desta seção faremos a descrição e análise do currículo adotado pela escola Municipal Quilombola E.M.E.F Santo André, os desafios e a possibilidades. Falaremos sobre as práticas pedagógicas das professoras e as suas relações com as questões étnico-raciais e culturais.

Para finalizar, nas considerações finais apresentaremos a síntese das possíveis reflexões realizadas em torno do objeto de estudo.

Esta pesquisa buscou produzir informações etnográficas contextualizadas sobre a história da comunidade e as relações pedagógicas desenvolvidas na escola em estudo, de maneira que possa contribuir para uma reflexão teórica e prática sobre os conteúdos curriculares utilizados em escolas marcadas por especificidades étnicas.

SEÇÃO I- AS TRILHAS DA PESQUISA

> "Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer."
>
> Paulo Freire

Esta seção busca apresentar os caminhos percorridos para a elucidação do nosso objeto de estudo, Educação e resistência na comunidade do Baixo Itacuruçá em Abaetetuba no Pará: O papel da Escola Santo André na Afirmação e Valorização da Identidade, os objetivos *e* os motivos que nos levaram a desenvolver esta pesquisa na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no Baixo Itacuruçá. Ainda nesta seção será apresentada a trajetória metodológica utilizada para investigar este universo, no sentido de compreender como o processo educativo e a resistência influenciam na construção da identidade quilombola .

1.1. A entrada em Campo

Definido o município de Abaetetuba e a comunidade quilombola de Itacuruçá fomos juntamente com o orientador Prof Dr Waldir de Abreu no dia 20 de outubro de 2015 buscar as primeiras informações sobre a espacialidade geográfica e a educação escolar das comunidades quilombolas com as pessoas que trabalham na Secretaria de Educação do Município. Até o momento foram realizadas duas visitas à Secretaria, antes da primeira visita falamos por telefone com o assessor da secretária de educação. Pelo telefone, agendamos o dia do primeiro encontro com a coordenadora do departamento da Educação do Campo , o objetivo de traçar um panorama sobre os espaços quilombolas, suas comunidades , número de alunos e o perfil das escolas.

A recepção aconteceu com muita cordialidade pela Coordenadora da Educação do Campo Maria do Parto Ferreira Nogueira que nos apresentou a equipe do departamento e nos forneceu dados referentes a matricula, espaço geográfico onde estão situado as escolas quilombolas, contato dos gestores

escolares que atuam nas comunidades negras rurais quilombolas. Essa primeira conversa foi importante para os próximos passos, informaram sobre as condições de acesso numero de escolas e modalidades ofertadas, informações e contatos das Associações quilombolas que se constituem importante lideranças do município que conhecem a história local e a origem da formação dos quilombos, as comunidades que têm escola e as e as que não têm. Sobre as escolas, coletamos informações sobre os níveis de ensino, quantidade de sala, de alunos e de professores.

O Município de Abaetetuba possui o território remanescente de quilombos localizados nas Ilhas , que são compostos pelas comunidades Alto e Baixo Itacuruçá, Campopema, Jenipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu Arapapuzinho e Ipanema e Rio Tauaré- Açú, onde vivem cerca de 701 famílias em uma área de 11.458,53 hectares (INTERPA, 2013). Os rios que cortam as comunidades também dão os nomes a algumas delas, no caso da comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, está localizada no Rio Baixo Itacuruçá. O território foi reconhecido, demarcado e titulado pelo INTERPA em 2002, sendo também reconhecido pela Fundação Cultural Palmares.

A coordenadora da Educação do campo esclarece que o acesso a essa comunidades pode ser feita tanto pelo rio quanto por via terrestre em período de verão, mas que o transporte escolar que atende os alunos dessas localidades são barcos contratados pela prefeitura com o recurso do MEC para transportar os alunos no período letivo para as escolas do Baixo e do médio Itacuruçá , sendo que esta primeira oferece de Ed. Infantil ao Ensino médio.

De posse dessas informações, marcamos contato com o representante das Associações quilombolas e agendamos a primeira visita a comunidade quilombola que aconteceu em dezembro de 2015.

A primeira temporada da pesquisadora na localidade aconteceu nos quinze primeiros dias de abril de 2016, na ocasião optamos ir pela estrada no ônibus de linha que trafega entre as comunidades, com exceção da comunidade do Baixo Itacuruçá que no período de chuvas estava sem acesso devido às condições precárias da estrada e os altos níveis dos igarapés. A viagem que iniciou no porto de Cametá as 5: 15 da manhã foi concluída as

16:15 horas em um percurso de pouco menos de 250 km do porto de Carapajó em Cametá a Escola de Santo André na comunidade de Nossa senhora do Perpetuo Socorro no Baixo Itacuruçá. O trajeto que se iniciou com o ônibus foi concluído por moto e pela caminhada de 20 km pela mata até a escola.

Como podemos observar na figura abaixo, o percurso em período chuvoso se torna uma barreira para os que buscam acesso pela estrada de chão precária e arriscada. Essa situação reflete o descaso do poder público com a comunidade que necessita escoar sua produção e ter seus "***direito de ir e vir"*** garantido na Constituição Federal artigo 5ª Inciso XV[4].

Foto 01- Ramal do Itacuruçá no período das chuvas

O cansaço da viagem foi amenizado com a atenção e carinho com o qual fomos recebidos pelos funcionários e alunos da escola. Na ocasião o Diretor Sr Reinaldo estava para a sede do município participando da reunião de diretores na secretaria de Educação.

[4] O direito de ir e vir está expresso na constituição federal de 1988, que se encontra no artigo 5º, inciso XV: "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens"

Todo cidadão tem direito de se locomover livremente nas ruas, nas praças, nos lugares públicos, sem temor de serem privados de locomoção". A população de nosso país encontra algumas irregularidades no direito de ir e vir, muitas vezes o cidadão encontra dificuldade de se locomover nos municípios pela ausência ou precariedade das estradas mantidas pelos nossos governantes.

A pesquisadora, entre o encantamento de pisar dentro da mata, a admiração àquela vida respeitosa com a natureza e o espanto e indignação ao saber do sacrifício de alunos/as alguns com deficiência em se arriscar na única ponte de acesso a escola sem a mínima de estrutura, segurança e acessibilidade estava atenta a todas as falas e imagem que compunha aquele bonito cenário, Inclusive a ausência dos direitos básicos do cidadão, entre eles dos alunos com deficiência.

Nas imagens abaixo mostramos mais uma questão de violação de direito, desta vez com os alunos com deficiência que freqüentam a Escola Quilombola Santo André. Estes estão exposto ao perigo todos os dias no trajeto a escola, com ponte inadequada e totalmente fragilizada, ausência de rampas de acesso e segurança.

Foto 02: Aluno cadeirante sendo levado ao barco

Foto 03 : Alunos com deficiencia visual descendo as escadas da ponte de acesso aa escola conduzidos pelos pais.

Fonte arquivo da autora

Foto 04- Precariedade da ponte de acesso a escola do Baixo itacuruçá

Fonte arquivo da autora

Do trajeto a chegada escola foram momentos de grande aprendizado, tecido nos olhares atentos às conversamos com moradores que encontrávamos vindo da roça com farinha e mandioca, e de outros que estavam em alguns retiros[5] que estavam localizados a proximidade da estrada.

Foto 05- Retiro

A aproximação com a comunidade se deu gradativamente, através de visitas, observações e participação no dia a dia da escola. Nas primeiras inserções, participamos das atividades da escola desde a entrada, horário do recreio e saída. Neste espaço tivemos oportunidade de observar alunos, equipe da escola, participação da comunidade. Conversamos com a merendeira, vigias, administrador, professoras e as crianças, do turno da manhã e tarde. Desde o inicio demonstramos interesse em conhecer famílias e pessoas da comunidade e acredito que por esse motivo recebemos vários convites para visitar um e outro morador.

Consideramos de extrema importância a aproximação com as famílias e participação nas situações do cotidiano da comunidade e da escola,. É de

[5] Espaço direcionado para a produção de farinha de mandioca com um pequeno espaço coberto onde fica o forno de fazer farinha

Oliveira, et all (2009, p. 11) o conceito de inserção que respalda o nosso trabalho,

> Essa inserção deve se da na tentativa de assumir o lugar de um integrante, procurando olhar, identificar e compreender os processos educativos que se encontram naquela prática social. Isto só é possível, quando somos acolhidos, nos dispomos a ser acolhidos e a acolher. Participar com a intenção de compreender, não para julgar. Esta inserção é insuficiente, se ficar apenas no olhar e não houver participação ou se ficar apenas na procura de resultados, sem se perguntar sobre o processo. [...] dando-se a conhecer... Conviver não é apenas um desejo ou uma opção pessoal do pesquisador, que corre paralelamente à pesquisa, mas, sim, o cerne do "fazer" da pesquisa, explicitado na metodologia, experimentado, avaliado.

A inserção na comunidade aconteceu tanto no período em que estava na comunidade quanto no contato e interação nas redes sociais com os jovens da localidade e funcionários da escola. Esse contato ajudou na aproximação, e estreitou o diálogo e facilitando as entrevistas, necessárias a pesquisa.

A fim de manter o anonimato das falas em detrimento do respeito ético, os nomes dos/as colaboradores/as que usamos para a escrita do texto são fictícios, foram escolhidos pela pesquisadora, evitando qualquer problema ou inconveniente que possa advir. As pessoas que diretamente colaboraram com a pesquisa pertencem à comunidade.

Os colaboradores da pesquisa são pais, professoras, estudantes, egressos da escola Santo André, gestores, coordenadores pedagógicos e lideranças comunitárias, que compreende em torno 18 pessoas distribuídos da seguinte maneira:

a- Um aluno da Educação Infantil-

b- Um aluno do 2º ano do Ensino fundamental (Essa turma funciona no regime de multisseriado[6])

c- Um aluno do 5º ano do Ensino fundamental Um aluno do 9º ano Ensino Fundamental Um aluno do 3º ano do Ensino médio que tenha cursado todo o período escolar na escola..

d- Um morador nativo com mais tempo de residência na comunidade.

[6] Alunos de série diferentes que utilizam o mesmo espaço de sala de aula com um único professor.

e- Dois professores de Educação Infantil e ensino fundamental de primeiro ciclo que pertencem ao sistema de ensino Municipal de Abaetetuba no Pará;

f- Um Professor das disciplinas de História, Geografia, Português, artes, do ensino fundamental e médio, totalizando quatro professores.

g- Gestor escolar, coordenada pedagógica da escola Santo André da rede Municipal e estadual e Ensino

h- coordenadora da educação do campo secretaria municipal de educação de Abaetetuba;

i- Um representante da Associação dos Remanescente de quilombo;

j- um alunos egressos do Ensino médio da escola santo André ;

k- dois pais, sendo dois de cada modalidade de ensino. (Ed Infantil, Ensino fundamental 1º ciclo, Ensino Fundamental 2º ciclo e ensino médio).

. A entrevista de caráter semi-estruturado abordada por Marconi e Lakatos (2006) possibilitam a nossa compreensão sobre o problema dando maiores subsídios para a análise que a observação por si só não consegue contemplar em nível de aprofundamento sobre a visão dos sujeitos em relação ao objeto-problema de pesquisa.

1.2- Os caminhos da Pesquisa: Metodologia, Organização e Analise de dados

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho etnográfico, pois esta opção metodológica foi a que mais atendeu às características do objeto de estudo. Foi necessário também recorrer à história oral, pois se tratando de uma pesquisa em uma escola situada em uma comunidade negra rural quilombola, tornou-se imprescindível a colaboração das pessoas mais velhas da comunidade, bem como de suas

lideranças, para compreensão da dinâmica histórico-social da comunidade bem como da sua escola.

Para coleta e análise de dados qualitativos, principalmente com os jovens egressos do Ensino médio da comunidade, utilizamos a técnica do grupo focal, por entendermos que representa uma fonte que intensifica o acesso às informações, gera novas reflexões , problematiza as questões e desenvolvem a partir de uma perspectiva dialética novas possibilidades. Nesta técnica os participantes procuram operar ou no mínimo transformar a realidade de modo crítico e criativo..

A pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, do que não é visível e necessita ser exposto e interpretado pelo pesquisador. Para tal compreensão, os dados quantitativos e os qualitativos não se excluem, se complementam. “Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa” (MINAYO, 2007, p. 22).

Segundo Minayo (1993) qualquer investigação social deve contemplar os aspectos qualitativos na medida em que lida com pessoas, seus valores, sua história e experiências de vida.

Para Trivinos (1987), o teor do enfoque qualitativo que se desenvolve na pesquisa é dado pelo referencial teórico no qual se apóia a pesquisadora. A pesquisa qualitativa não segue seqüências rígidas assinaladas para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa. Assim sendo, a coleta e análise dos dados não são divisões estanques. Do mesmo modo acontece com o relatório final, que vai se constituindo durante todo o estudo e não apenas na etapa final da pesquisa

Desta forma, uma abordagem etnográfica vai além dos métodos e técnicas. Implica conceber a etnografia como uma opção teórico-metodológica. Como sublinha Geertz,

> A etnografia não é uma questão de métodos [...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma

> ‘descrição densa, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle’ (1979, p. 15).

Assim, “Trivinos, acentua que “..a etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade...” (1987, p. 121). Assim a participação do investigador como etnógrafo, implica o envolvimento da vida da própria comunidade em todas as suas coisas essenciais e acidentais.

1.3-O Processo de Implantação e Funcionamento da Escola Santo André nas narrativas orais

As falas registradas através da história oral com as pessoas mais velhas da comunidade e as lideranças visaram captar elementos relacionados à luta e à história da comunidade, bem como à história da institucionalização da educação escolar.

Procuro neste trabalho transcrever e contextualizar de forma original as narrativas das pessoas mais velhas e lideranças da comunidade, preservando a sua oralidade, identificando cada uma com o seu próprio nome, conforme acordo . É preciso dar voz a esses atores sociais para que eles possam ajudar a escrever a sua história.

Nas falas dos colaboradores da pesquisa buscamos desvelar o cotidiano da escola como também o currículo adotado por ela.

A escola Santo André, assim como a escola brasileira, terá que enfrentar e discutir a descolonização do currículo escolar, analisar as possibilidades para uma mudança epistemológica e política, identificando as tensões necessárias no que se refere ao debate sobre as questões étnico-raciais no cotidiano da sala de aula (GOMES, 2012).

Buscando estabelecer o diálogo entre a educação quilombola com o currículo da escola, a partir dos conhecimentos e saberes levantados dos processos educativos de afirmação e valorização da identidade, pensamos em eixos temáticos curriculares que dialogam com a epistemologia da comunidade.

No currículo oficial da escola da educação básica brasileira e na comunidade quilombola do baixo Itacuruçá não existe o lugar demarcado do confronto entre fronteiras do conhecimento com lados definidos, o que aparece são as contradições, as controvérsias entre os conhecimentos escolares aceitos oficialmente e os relegados e rejeitados, que fazem parte do cotidiano das famílias, dos alunos e professores da escola quilombola. Esses campos de conhecimento participam de um espaço – tempo conflituoso, que de modo algum é nítido, esse lugar de conflito é liminar, muitas vezes subliminar.

Os estudos no campo do currículo e as aprendizagens à luz das experiências sobre o conhecimento tradicional quilombola convidam-nos a estabelecer relações entre esses espaços de aprendizagem, cuja preocupação é valorizar a diversidade cultural e desafiar preconceitos individuais, coletivos e institucionais.

O currículo é um campo de conhecimento vivenciado nas trocas educativas escolares, esse conhecimento é ético, político, ideológico, estético e cultural; nem sempre explícito, âmbito do currículo oculto; nem sempre coerente, âmbito dos dilemas, das contradições, das ambivalências, dos paradoxos; nem sempre absoluto, âmbito das derivas e das transgressões; nem sempre sólido,âmbito do vazamento e das brechas (MACEDO, 2006).

O desafio está em construir propostas educativas para que o currículo se materialize. Mas sobre esse assunto no contexto da implementação e o funcionamento da escola Santo André ainda estamos a pesquisar com os autores envolvidos a partir da oralidade.

SEÇÃO II – ITACURUÇÁ: COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: MOVIMENTOS E LUTAS POLÍTICAS

Nesta seção apresentamos um breve histórico da ocupação quilombola na Amazônia, com foco no município de Abaetetuba onde destacamos a comunidade Remanescente de Quilombos do Baixo Itacuruçá, seus movimentos e lutas em busca de reconhecimento e visibilidade. Para enriquecer a análise trouxemos alguns relatos dos moradores, representante da Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba-ARQUIA e egressos do ensino Médio da Escola Santo André, que se constituem uns dos colaboradores[7] da pesquisa, como descritos na seção III.

2.1- Histórico da ocupação- formação dos quilombos na Amazônia e na região de Abaetetuba

Falar da na presença dos negros no solo amazônida, requer um breve olhar sobre a ocupação, ou melhor, a exploração dos portugueses, aos povos e nativos e escravos negros no século XVII.

Os portugueses no intuito de encontrarem Eldorado nutrem pela Amazônia grande curiosidade que proporcionou a fundação da cidade de Belém em 1616 e em 1637 à "conquista da Amazônia" pelo capitão Pedro Teixeira, que iniciou sua viagem partindo da cidade de Cametá, como relata SALLES (1971 p.4

Para subsidiar a exploração na extensa faixa de terra do norte do país foi necessário os portugueses importarem colonos para iniciar os trabalhos agrícolas e assim manter os alimentos necessários para nutrir os

[7] Optei pelo termo "colaborador" para designar o público alvo e os interlocutores que contribuem neste trabalho com dados, informações e experiências que são indispensáveis à compreensão do objeto de estudo. Assim entende-se que o "Colaborador é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado.

expedicionários e moradores da região. A prática de cultivo de terra, não diferente das demais regiões do país se manteve a custa da exploração de mão de obra escrava, só que nesta região inicialmente os explorados não eram os negros e sim os nativos. Essa exploração gerou um grande conflito entre os colonos e missionários jesuítas que só foi apaziguada em 1682, quando a Companhia de Comércio do Maranhão apoiado pelos missionários, introduziram escravos africanos, que apesar do preço elevadíssimo estipulados pelo tráfico vermelho e mortandade de povos indígenas não habituados aos serviços pesados da fazenda, cresceu rapidamente entre as indústrias açucareiras, arroz, tabaco, algodão e cacau.

As fontes historiográficas referentes à escravidão africana registram, na Amazônia, uma presença negra dispersa, com a utilização do escravo negro localizado, muitas vezes, nas pequenas e médias propriedades. Isso se deve ao fato de terem fracassado, na região amazônica, durante o período colonial, as iniciativas de constituição de plantação agrícola, posto que necessitavam de numerosa força de trabalho. Por isso, a não priorização no envio em massa da força de trabalho negra pelos administradores coloniais para a região amazônica.

Na Amazônia, como analisou SALLES (1971, p. 37), diferentemente das outras regiões da colônia, onde se desenvolveu a plantação de produtos destinados para a venda na Europa, como cana de açúcar, café, algodão ou mesmo a mineração de ouro em pleno vapor em Minas Gerais, na Amazônia a economia baseava-se na extração de drogas do sertão e alguns produtos naturais.

As poucas plantações que existiam eram quase irrisórias frente ao grande faixa de terra adquiridas através de doações de sesmarias e títulos de propriedades pela coroa portuguesa que estavam concentradas nas mãos dos raros aquinhoados e diferentes ordens religiosas que deu origem a extensos latifúndios. Tanta eram as terras inexploradas que chegam a valer bem menos que os escravos comprados de tráfico que eram patrimônio de mais alto valor dos colonos.

O tráfico negreiro na Amazônia gerou uma luta entre os moradores do Pará e Maranhão, já que havia evidencias que boa parte dos escravos que vinham da África eram desembarcados do navio no porto de Maranhão e lá ficavam por entender que lá havia mais atividades de produção agrícola. A luta tendia a aumentar e mesmo o rei determinando que os africanos fossem repartidos igualmente nas duas praças: São Luís e Belém havia desigualdade na partilha e para remediar as necessidades dos moradores o rei mandou introduzir anualmente duzentos negros para suprir a necessidade de mão de obra nas lavouras.

SALLES (1971. P. 23), ressalta que:

> " O problema da escravatura do negro se colocou assim no plano histórico logo no primeiro século da colonização, não apenas nas discussões entre colonos e missionários – a troca de gentio pelo negro é talvez o ponto mais alto desse debate- mas de fato como mercadoria despejada nas praças de comércio do estado do Maranhão e Grão Pará".

Até o inicio do século XVIII o comércio negreiro ia aos poucos se intensificando e apesar da lei de 8 de abril de 1680, expedida pela coroa portuguesa, proibir o cativeiro e comercio do nativo, os predadores dos gentios continuavam despejando no mercado as chamadas peças do sertão que se tornavam uma alternativa de mão de obra mais acessível financeiramente. Não foi fácil realizar a substituição do índio pelo negro, pois na Amazônia o escravismo assumiu proporções gigantescas com forte interesse de grandes poderosos pela escravidão dos gentios. Segundo SALLES (1971 .p.27.) a escravidão indígena, tinha uma dimensão doméstica e a negra se destinava a lavoura de gênero para a exportação como: cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão e cacau.

Com o crescente comércio destes produtos na Europa o comércio dos escravos foram crescendo consideravelmente chegando a ser introduzido anualmente no Pará cerca de 670 escravos, o que correspondia a entrada de dois *tumbeiro*s em cada ano, para SALLES (1971.p 51)

> "[...] Nos 18 anos compreendidos entre 1792 e 1810, portanto foram despachados provavelmente mais de 9.000 escravos africanos. Todos esses algarismos reunidos dão um total de 34.434

> peças, dos quais apenas 25.434 são rigorosamente conhecidos. Estão ausentes desses números os negros introduzidos por via terrestre e naturalmente também os introduzidos através de contrabando.
>
> No Baixo Tocantins, especificamente na região de Abaetetuba no Estado do Pará a força de trabalho escrava foi utilizada nas fazendas de cana de açúcar e cacau.

Segundo o Sr Raimundo Dilo de 89 anos, morador nascido na localidade lembra que em Abaetetuba até a localidade de Igarapé- Miri, havia muitos engenhos de açúcar que produziam não somente a chamada “açúcar morena” como também garapa e mel, conta que:

> [...] Muitos escravos vinham pra trabalhar nos roçado de cana e de lá fugiam, ficavam escondido na mata construíam sua casa que chamavam de quilombo e lá a família ia crescendo, nós somos filhos dele, eles moraram aí perto dos igarapé de lá mata ficavam ispiando e viam os que passavam no rio[...].(Narrativa do Sr Dilo morador da comunidade)

Na narrativa percebemos que as comunidades quilombolas, nesta região como afirma Salles (1971.p230) se formavam nas proximidades da região da lavoura canavieira .

Falar de quilombo nos remete a reflexão de um povo negro rural no contexto histórico da colonização do território brasileiro. Destituídos de suas raízes civilizatórias e negociados como mercadoria pelos seus “donos”, os africanos escravizados foram submetidos a uma série de opressões que os obrigavam a uma nova organização de sociedade, moldando-os aos costumes, línguas, clima, território e valores diferentes dos seus. Essa violência física e simbólica obrigou o povo africano a criar estratégias que garantissem a sobrevivência dos seus elementos culturais de referência, “Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos” (REIS; SILVA, 1989, p. 9). Para esses autores, dos fenômenos históricos de resistência escrava foi o quilombo o mais complexo, garantindo a sobrevivência dos elementos políticos, sociais, culturais e religiosos de matriz africana.

Compreender o termo resistência como fato inerente a da organização das comunidades negras quilombolas, faz-se necessário analisarmos o conceito de quilombo, descrito por Munanga e Gomes (2006, p. 71) “a palavra *kilombo* é originária da língua banto *umbundu*, falada pelo povo *ovimbundo*”,

designa “um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central”. Para esses autores existem muitas semelhanças entre os quilombos africanos e os brasileiros, formados no mesmo período, “os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana” (2006, p. 72) e carregam em si não o significado de refúgio de escravos fugitivos, mas de reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e de resgate de sua liberdade e dignidade no esforço de lutar contra o regime escravista.

No estado do Pará várias comunidades já tiveram as suas terras tituladas . No Nordeste do Pará, as comunidades quilombolas conhecidas encontram-se nos municípios de Abaetetuba, Acará, Augusto Correa, Baião, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Colares, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Irituia, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, São Miguel do Guamá, Tracuateua, segundo oInstituto de Terras do Pará (ITERPA) e pelo INCRA.

Em Abaetetuba as Comunidades Quilombolas estão situada nas Ilhas e Colônias[8]. Na Região das Ilhas encontramos os quilombos de Acaraqui, Alto Itacuruçá, Arapapu, Arapapuzinho, Baixo Itacuruçá, Jenipaúba, Médio Itacuruçá, Baixo Itacuruçá, Rio Tauerá-Açu, Igarapé São João e Campompema.

Nas Colônias (região das Estradas e Ramais), estão as comunidades de Iaranjituba, Ramal do Bacuri, e a comunidade África e Caetée Ramal do Piratuba.

2.2. As Comunidades Remanescentes de Quilombos na Atualidade

Nas últimas décadas do século XIX, final do período escravista, os agrupamentos negros fixaram moradia e construíram territórios, quer fossem na condição de escravos fugitivos quer fossem como negros libertos em busca de terras para viver com suas famílias. A forma de apropriação dessas terras

[8] Os termos ilhas e Colônias são usados na região para designar as comunidades que estão localizadas a margem dos rios (ilhas) e as que ficam distantes , cujo acesso se dá por estradas ou ramais (colônias).

segundo RATTS (2006) por vezes compradas, doadas ou mesma escolhida para refúgio, leva nos a entender a noção de território negro, de grupos que se organizam por parentesco e identidade cultural.

Historicamente que estes grupos organizados socialmente em territórios não estavam libertos do preconceito e descriminação, pois a ordem social permaneceu excludente lhes negando dignidade, cidadania, trabalho, moradia digna, educação e saúde.

Para garantir sobrevivência física e cultural foram buscar nos espaços rurais, longe do espaço urbano preconceituoso, o lugar de afirmação e valorização das suas identidades, mesmo que fossem entre seus pares. Desta forma os quilombos que eram representados nos sistemas escravistas como espaço de resistência e luta, tornam se territórios rurais de negros/as libertos/as que se estenderam em todo o país.

Esses territórios ao longo da história receberam várias denominações como: Terra de Preto[9],Terra de Santo[10], Mocambo ou Quilombo[11]. Seus habitantes quilombolas ou Calhambolas[12] estavam sempre em busca de libertar do sistema escravista e se preservarem das perseguições e preconceitos.

> " Admitir que eram quilombolas equivalia ao risco de ser posto a margem. Daí as narrativas místicas: Terra de herança, Terra de Santo, terra de índio, doações concessões e aquisições de terras. Cada grupo tem sua história e construiu sua identidade a partir dela. (ALMEIDA, 2002, p.17)

A diversidade das origens, ocupação e formação das chamadas Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo e Quilombo leva-nos a entendê-las como o agrupamento do povo negro que fixa residência no campo e da terra tira seu sustento físico e cultural. Na terra realiza as atividades de plantio e colheita,

---

[9] Auto- definição comumente utilizada pelas comunidades negras rurais para seus territórios, principalmente no Maranhão e Pernambuco (ALMEIDA 2002,p.38)

[10] Nome atribuído as terras doadas pela igreja católica, tendo como contra partida a construção de uma igreja(REIS E SILVA, 1989)

[11] Denominação atribuída à comunidade negra Ribeirinha do Baixo Amazonas (FUNES 1996, p.147)

[12] Nome jurídico dado aos habitantes dos quilombos no século XVII (RAMOS 1996, p.165)

desenvolve as tradições no chão de muitos anos de luta, construindo um território e seu patrimônio cultural, garantindo o direito de ser diferente enquanto comunidade negra, singular nos seus modos de vida.

Autores como: Almeida (2002), Gusmão (1996), Reis e Silva (1989) e O'Dwyer (2002) concordam que a população hoje considerada remanescente de quilombo originou - se de uma diversidade de processos, que incluem as fugas para ocupações de terras livres e isoladas, as heranças, as doações, recebimento de pagamento e compras de terras.

Essa população que mostrou luta resistência desde a brutal saída da África e vem lutando intensamente em busca de reconhecimento e espaços.

Desde o ano de 1988, com a promulgação da Constituição, até nossos dias, um amplo debate envolvendo o Legislativo, o Executivo Federal e os movimentos sociais têm desenhado um cenário que avança para atender as questões quilombolas, mas quando se trata dos processos de titulação de terras tende a retroceder.

O primeiro título outorgado a uma comunidade rural quilombola foi em 1995, sete anos após a promulgação da Constituição. A comunidade de Boa Vista no município de Oriximiná no Pará, através da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista, recebeu 1125 hectares de terra. A titulação foi regulamentada pelo Instituto acional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em conjunto com o Instituto de Terras do Estado do Pará (O'DWYER, 2002). Cabe destacar a organização em associação da primeira comunidade titulada, segundo O'Dwyer (2002) já formalizada em cartório e frequentada por pesquisadores e ativistas desde a década de 1980.
As primeiras comunidades tituladas abrem precedentes para alargar os debates e as políticas a favor das comunidades quilombolas, o período de 2000 a 2003 marca a transição do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As mobilizações e lutas por visibilidade fazem pare do cenário brasileira na década de 90 envolvendo todas as áreas da sociedade brasileira, inclusive quilombola em todo território nacional. Algumas reivindicações apresentadas durante a mobilização do movimento tornaram-se políticas públicas.

Algumas conquistas dessas constantes mobilizações dessa década estão descritas abaixo e foram construídas a partir das normativas e atos legais promulgados neste período.

Quadro Ações Políticas para comunidade Quilombola

ANO	LEGISLAÇÃO	AÇÕES	OBJETIVOS
1988	Constituição Art. 68	Reconhecimento dos quilombos	Reconhecer os territórios, cabendo o Estado emitir respectivos títulos
1988	Decreto Lei 7.668	Cria A Fundação Cultural Palmares	Promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos da influência negra no Brasil.
1995	Lei nº 987	Consciência Negra	Oficializar o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.
1995	Projeto de Lei nº 627.	Normatizar o artigo 68 da constituição	Transformar as terras de quilombo em patrimônio cultural brasileiro. Tramitou durante quatro anos no Congresso e foi matéria de divergências relativas a questão fundiária das terras quilombolas. Foi arquivado em 1999.
1995	Projeto de Lei nº 129	Normatizar o artigo 68	Regulamentar o direito de propriedade das terras quilombolas e a sua titulação

1997	Portaria interna do INCRA nº 307	Torna o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra responsável pelo processo de titulação	Novos procedimentos para a titulação de territórios quilombolas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através do Incra são os responsáveis pela titulação das terras quilombolas Projeto Especial Quilombola.
1995	Portaria que designa a Primeira titulação de terra de quilombola	Titulação de Terra	Primeira titulação de terra de quilombola em Oriximiná – Para
1997	Projeto de Lei nº 3.0207	Nova redação ao Projeto de Lei nº129	Acrescenta o critério de auto definição e de desapropriação de terras particulares para fins de titulação
2003	LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,	Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
2003	Decreto 4887/03 | decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003	Regulamentação da titulação de terras Quilombolas.	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos

			quilombos de que trata o art. **68** do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
2008	LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,	Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
2010	Lei Nº 12.288, De 20 De Julho De 2010.	Altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
2012	A Lei Nº 12.711, De 29 De Agosto De 2012,	Regulamentação, Cota, Ingresso, instituição Federal De Ensino, Curso Técnico, Universidade Federal, Beneficiário, Estudante Carente, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Escola Publica, Correlação, Situação Social, Família.	Dispõe Sobre O Ingresso Nas Universidades Federais E Nas Instituições Federais De Ensino Técnico De Nível Médio.
2012	RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO	Estabelece as Diretrizes Curriculares	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

	DE 2012.	Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.	Escolar Quilombola na Educação Básica.

Organizado pela autora

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional da Indústria, Associação Brasileira de Celulose e Papel e a Sociedade Rural Brasileira se tornaram grandes opositoras dos movimentos quilombolas em 2004. A elite agrária no Brasil exerce sobre as instâncias políticas grandes forças o que resulta em pontos bastante desiguais em termos da questão fundiária, como aponta BINDI DE OLIVEIRA, 2009.

As instruções Normativas do Incra nº 49/08 e nº 57/09 são resultado da pressão de forças antiquilombolas. As Instruções aumentam o grau de exigência documental e de pesquisa histórica e antropológica para o processo de titulação das terras de antigos quilombos. Essas normas provocaram e ainda provocam no movimento social quilombola a necessidade de realizar protestos em todo país.

2.2.1- Itacuruçá: Cotidiano e lutas Políticas

Os primeiros reconhecimento da existência de população remanescentes de quilombolas na região das ilhas do município de Abaetetuba no Estado do Pará, foi no inicio dos anos de 1990 pela Diocese local com o apoio da Pastoral[13] das Ilhas (CPT,2006). Os padres que conheciam a comunidade observaram que havia características que se identificavam com remanescentes quilombola como: relatos dos moradores mais antigos que memoravam a condição de escravidão que viveram seus antepassados, a cor da pele e características físicas negra da maioria da comunidade. Outro fato estava relacionado a posse da terra onde posseiros e grileiros ameaçavam a

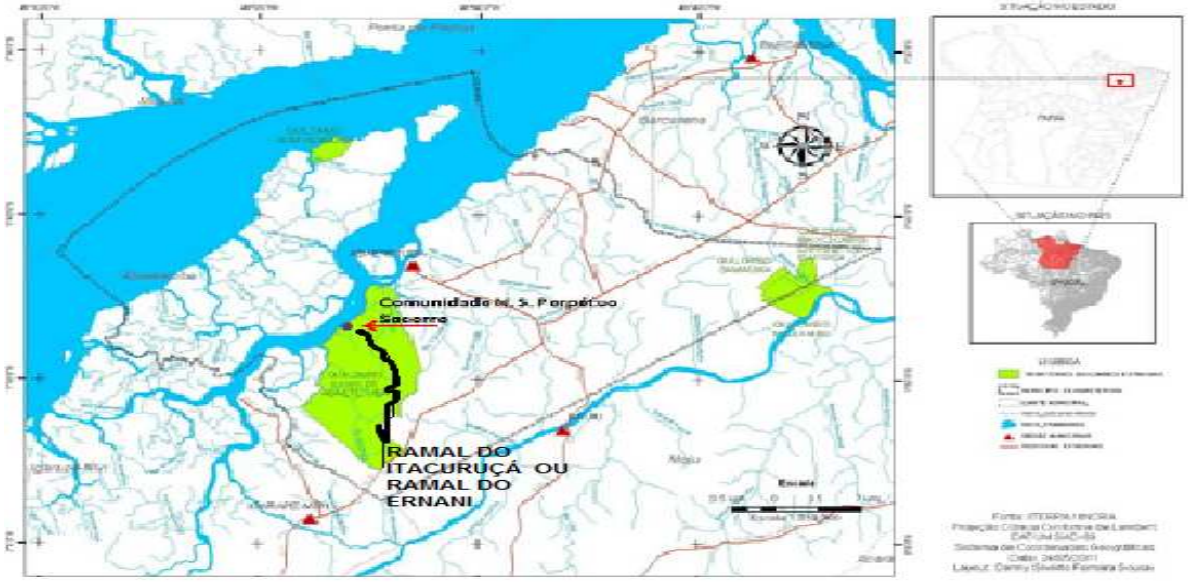
[13] É a ação da Igreja Católica no mundo ou *o conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão*, que consiste primariamente em continuar a ação de Jesus Cristo

tranqüilidade da população que habitavam há várias décadas na comunidade e não possuíam titulo da terra.

Para comprovar a origem quilombola da comunidade de Itacuruçá, a Comissão Pastoral da Terra[14], iniciou um processo de pesquisa e organização das comunidades para a titulação de suas terras como território remanescente quilombola.

O Mapa abaixo, apresenta destacado na cor verde o território quilombola criado no município de Abaetetuba, na região das ilhas, também identificamos no centro da ilustração a comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro na qual a pesquisa está sendo realizada e as vias de acesso pelo ramal e pelo rio.

Mapa- Comunidade quilombola de Itacuruçá, com as vias de acesso



Fonte: INTERPA/INCRA. Indicação do ramal feio pela autora

O reconhecimento das terras remanescentes dos quilombos de Abaetetuba contou com a participação de diversas entidades como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba e a Associação dos Moradores da Ilha de Abaetetuba (AMIA). Essas organizações desenvolviam atividades educativas com os ribeirinhos da

[14] As informações foram retiradas da Cartilha Memória e Revitalização Identitária organizada pelaComissão Pastoral da Terra de Abaetetuba, no ano de 2006.

região, alertando os moradores sobre os impactos desencadeados pela dinâmica econômica dos grandes projetos para a Amazônia, principalmente no modo de vida ribeirinho, mas também sobre a grilagem de terras, os conflitos e a escassez do pescado, além da questão do êxodo rural, que podemos chamar aqui de êxodo ribeirinho, pois muitos saíam de suas casas na região das ilhas para morar na periferia de Abaetetuba.

O processo para demarcação, titulação e reconhecimento legal da comunidade como território remanescente quilombola exigiu dos moradores o engajamento na organização de uma associação que os representasse na solicitação de seus direitos. Nesse contexto, no ano de 2001, foi fundada a ARQUIA – Associação dos Remanescentes Quilombolas de Abaetetuba, com o objetivo de administrar as terras quilombolas e fomentar o desenvolvimento de projetos de emprego e renda na região como também de resgate da cultura negra (ARQUIA, 2011).

O rio Itacuruçá , onde na entrada está localizada a comunidade Baixo-Itacuruçá, situa-se na região das ilhas de Abaetetuba entre os rios Arapapu e Piquiarana, fica aproximadamente a uma hora da sede do município. Segundo dados da Secretaria de Assistência Social através do Centro de Referencia e Assistência Social - CRÁS Quilombola, a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro possui atualmente 126 famílias, é uma comunidade considerada legalmente como remanescente de quilombo desde 2002, quando suas terras foram credenciadas pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA e pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA.

Antes da legalização de suas terras, a comunidade do rio Baixo-Itacuruçá, assim como, as demais ilhas de Abaetetuba eram consideradas área ribeirinha, pois são constituída às margens de um rio e tem uma relação muito forte com a água, através do transporte fluvial, o mais usado pela comunidade, seja pela forma de trabalho, seja devido a alimentação através da pesca, para o uso da água para o consumo, pois nem todas as famílias possuem poço mais as que moram em terra firme que fica longe da beira do rio, para a limpeza de suas casas, lavagem de roupa e muitas outras utilidades. A partir da década de 1990, através de estudos realizados pela Diocese de Abaetetuba verificou-se que havia remanescentes de quilombos no município, tal estudo deu-se a partir

de um levantamento populacional, através da Paróquia das ilhas, chamada Nossa Senhora Rainha da Paz, onde foi constatado a presença de 710 famílias ribeirinhas remanescentes de quilombos.

Atualmente são onze (11) comunidades quilombolas reconhecidas e com titulação de suas terras no município de Abaetetuba tais como: Açacú; Acaraqui; Arapapuzinho; Genipaúba, Itacuruçá Alto, Itacuruçá Baixo, Itacuruçá Médio; Tauerá médio; Tauerá Açu, Arapapu e Ipanema. (ARQUIA, 2011).

Foto 06- Trabalho na Olaria em período de Maré alta

Fonte: Arquivo fotográfico da autora. Abril de 2016.

Na comunidade as pessoas sobrevivem dos trabalhos em olarias que são construídas à beira do rio pela facilidade de embarque do barro, da lenha e escoamento dos produtos produzidos nas olarias como o tijolo e a telha, também o cultivo do açaí por conta da terra à beira do rio (várzea) ser mais fértil para esse tipo de plantio, já na terra firme (onde a maré não alaga) encontram-se os cultivos de roças com a plantação de mandioca, macaxeira, milho, arroz, gergelim que são produtos cultivados dentro de um sistema de agricultura familiar.

Os movimentos sociais para a valorização da cultura quilombola, em especial o movimento social via a Associação dos remanescentes de quilombos de Abaetetuba (ARQUIA), tem um papel muito importante junto a comunidade tanto nas suas intervenções políticas e administrativas, quanto na valorização e identidade da cultura quilombola nesse local. O Sr. Reinaldo evidencia:

> [...] sem a ARQUIA não tínhamos ido muito longe não haveria conquista, ela é muito atuante entre nós tanto nas ações da comunidade (igreja católica) quanto na busca de recursos e melhoria tanto na escola quanto na comunidade em geral.[...]

Segundo Gohn (2010), os movimentos sociais são elementos fundamentais na sociedade moderna, porém não se tem uma definição exata do que é movimento social. Entretanto eles se constituem como “ações sociais, coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.

Há evidencias que os primeiros movimentos sociais surgiram entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX - movimento operário e movimento revolucionário desde a revolução francesa - num contexto de lutas das populações menos favorecidas pelo direito à ter direito, a partir daí se constituíram outros movimentos sociais no contexto sociopolítico, econômico e cultural. Desde então, os movimentos sociais ganharam força e foram se modificando, contudo eles contribuíram (contribuem) para organizar e conscientizar a sociedade. (GOHN, 2010)

Atualmente observamos que os movimentos lutam por uma sociedade mais democrática, em que se valoriza a diversidade, as culturas, a solidariedade, a igualdade e a liberdade de expressão de opinião, lutam por representações na esfera pública. Se formos analisar existe uma lista enorme de movimentos sociais e em Abaetetuba são vários tais como: associações, sindicatos e movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida para a população ribeirinha e quilombola, por exemplo: a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Associação dos

Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) entre outros, tais movimentos lutam pelo direito a terra, por moradia, por saúde, por educação etc.

A partir da conversa que tivemos com o representante da ARQUIA Sr Adilson percebemos o envolvimento e preocupação com comunidade quilombola o que nos impulsionou a dar ênfase neste trabalho ao movimento negro ou quilombola em Abaetetuba, na representação da Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA).

Para Gohn (2010) os movimentos sociais têm sido considerados como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais.

A AMIA é uma associação que atende principalmente os moradores ribeirinhos, e conta com associados para sua manutenção. Atualmente ela se manifesta através de projetos voltados para a juventude como oferta de cursos de informática, de música, cursinho popular pré-vestibular, também trabalha com projetos como o de criação de frango para seus associados, há também o atendimento psicológico e atualmente esse movimento social é coordenado pelo professor Jurcilei Rodrigues, tendo sua sede localizada no centro de Abaetetuba

O MORIVA sob a responsabilidade do senhor Domingos, com sede no centro de Abaetetuba, se dirige também aos ribeirinhos, principalmente os que não têm onde ficar quando vem das ilhas e atende principalmente estudantes oriundos das ilhas. Constitui-se como sendo um movimento ativo e que trouxe muitos benefícios para seus associados, através do projeto de moradia, fomento a criação de animais como frango, patos, porcos. A partir da última eleição de governo municipal com seu envolvimento direto e alguns conflitos internos que vem passando se observa o enfraquecimento de sua atuação e até sua divisão, colocando o movimento num processo de reorganização.

O STTR é coordenado atualmente pelo senhor Elias Kamper e tem como “bandeira” de luta, a melhoria dos processos produtivos dos agricultores e a luta pela terra. Atualmente assume como compromisso a participação efetiva em torno do debate das ações e programas voltados aos sujeitos do campo.

Além desses movimentos da região das ilhas de Abaetetuba, se destaca a presença muito forte da igreja católica representada pela Paróquia das ilhas, chamada de Nossa Senhora Rainha da Paz, que se movimenta na tentativa de minimizar os problemas sociais na região, como a pirataria, problemas relacionados à educação e saúde e outros que afligem o povo, através de mobilização, realização de assembléias que discutem tais questões, fóruns com as lideranças das comunidades que sedimentam intervenções junto ao poder público por meio de documentos específicos.

Por essa paróquia cada rio ou localidade tem um coordenador, ou seja, aquele que dirige a vida religiosa e social e responde pela comunidade e desse movimento, por exemplo, se conquistou o policiamento para as ilhas de Abaetetuba e um conselho tutelar específico para as ilhas. Percebemos a influência da igreja não somente na vida religiosa, mas também na vida social das comunidades que atua em parceria com os movimentos sociais, conforme podemos observar no na fala do pároco das ilhas:

> "[...] Nós temos dentro do trabalho pastoral duas dimensões, uma é a dimensão social da fé, nesta dimensão social temos duas pastorais organizadas na paróquia. Uma é a pastoral da criança que cuida da mãe, da sua gravidez até os seis anos e todo o campo preventivo da saúde e é um vasto atendimento na região. Nós temos outra pastoral que é a pastoral social que tem uma coordenação e vai na linha de provocar e olhar a realidade, de perceber os grandes desafios sociais que temos na realidade da comunidade e seus problemas. Se hoje nós temos um conselho tutelar nas ilhas é fruto desta luta e nós como paróquia estamos unidos com os movimentos e elegemos um conselho tutelar a partir da organização dessa pastoral social, onde a paróquia e os movimentos sociais se deram as mãos e elegeram um conselho. Foi a Amia, a paróquia, o sindicato STTR, a ARQUIA, o MORIVA que nos acompanhou, não apontou pessoas, mas nos acompanhou.
>
> Nós discutimos a segurança pública dois anos como bandeira de luta e com isso conseguimos aquela lancha que ainda faz algum serviço de atendimento da polícia, foi fruto da nossa luta, nos fizemos um fórum aqui e de dois em dois meses os fóruns de segurança pública, para as ilhas.[...] "

Então, percebe-se que as conquistas dos direitos para o povo ribeirinho e quilombola demanda de lutas imputadas pelas organizações que os representam, seja pelos movimentos sociais, associações ou comunidades eclesiais de base que se organizam e vão em busca de direitos.

A ARQUIA é uma associação das comunidades remanescentes de quilombos das ilhas de Abaetetuba, fundada no dia 31 de março de 2001. Seu surgimento foi devido à necessidade de organizar as comunidades remanescentes e formalizar as titulações das terras das comunidades que compõem seu território. Dentre seus objetivos estão a organização dos associados com vista a participação quanto a defesa dos interesses comuns; a reivindicação junto aos poderes públicos, a execução de ações que assegurem a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo que venha proporcionar melhores condições de vida e trabalho; estimular e desenvolver o esporte a cultura e o lazer, traduz na prática pela realização de ações voltadas para o desenvolvimento humano sócio-cultural; etc. (ARQUIA, 2011)

Atualmente a associação é coordenada pelo senhor Edilson da Conceição da Costa, morador da comunidade São Sebastião que fica localizada no Rio Arapapuzinho, território quilombola. Em documento oficial (Estatuto Social da ARQUIA) há cadastro de endereço município de Abaetetuba, mas segundo o presidente da associação atualmente eles não tem um espaço fixo (sede) para seus encontros e para desenvolver seus projetos e sobre essa situação manifesta o presidente “(...) a gente não tem estrutura, a gente não tem sede (...) nosso escritório funciona na Praça da Bandeira, debaixo daquelas arvores”.

Percebemos que a associação enfrenta muitas dificuldades em relação às questões estruturais e organizacionais, porém contam com o apoio da comunidade remanescente para fortalecer e dar continuidade ao trabalho, assim é afirmado “(...) nossas reuniões e assembléias são feitas na comunidade, principalmente nossa Escola no rio Baixo-Itacuruçá (primeira Escola quilombola de Abaetetuba) que é a única referência que nós temos (...)”.

De acordo com o presidente as reuniões acontecem mensalmente e até quinzenalmente, dependendo das necessidades e da urgência do assunto,

tendo como participantes os associados e as lideranças de cada comunidade, pois na mesma são discutidos assuntos como: projetos, territorialidades e as ações que pretendem desenvolver no decorrer do ano. Entre suas conquistas estão: a regularização da associação; a revogação da dívida no ITR (Imposto Territorial Rural); a auto definição e regularização das terras como remanescente de quilombo; a diminuição do êxodo rural, pois na maioria das comunidades já se conquistou o direito ao ensino fundamental maior e o ensino médio, uma vez que há alguns anos nas comunidades só tinha o ensino fundamental menor fazendo com que as crianças se deslocassem para a sede do município a fim de dar continuidade aos estudos; a conquista da energia elétrica para as comunidades remanescentes, hoje 90% das comunidades tem energia; entre outras conquistas.

Apesar de pouco tempo de existência (doze anos), a ARQUIA vem se destacando e servindo de modelo a outros movimentos que lutam em prol do direito a terra como por exemplo a Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia (ARQUINEC), que há muitos anos estava lutando para regularizar sua divida no ITR e não conseguia, depois que a ARQUIA foi isenta de sua dívida, esta associação ganhou mais força para conquistar seus direitos.

Como a ARQUIA é uma associação que abrange dez comunidades remanescentes, essa diversidade geográfica e social, apresenta contradições quanto a sua aceitação, expressa principalmente por lideranças com divergências de opiniões, ao serem questionados como o movimento quilombola chega até as comunidades, são colocadas as seguintes situações:

> Olha, chega muito. Chega só conversa. (Sr. Venâncio, 2016)

> Existem as associações, por exemplo, a ARQUIA Associação Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba, ela é uma associação que tá trazendo pra gente, ultimamente habitação, que foi uma luta também de muito tempo e muito grande e tá chegando. Tem tido a reuniões e parece que essas habitações vão chegar aqui pra gente. (Sr. Lucindo, 2016).

Nas falas acima percebemos que há uma dualidade uns reconhecem a associação como movimento que lutam por seus direitos e por melhores condições de vida; enquanto outros não dão essa credibilidade ao movimento. Talvez uma das explicações seja por eles não vêem se concretizar aquilo que está no discurso.

Segundo o presidente da associação as comunidades remanescentes têm seus direitos garantidos, mas não são contemplados por conta da burocracia, conforme relata:

> [..] bom, sobre os direitos, a constituição de 68 (*sic*) nos dá direito a terra, aquela coisa toda, hoje além dela nós temos a Organização Internacional do trabalho, que é a convenção 169, e tem também o Estatuto da Igualdade Racial hoje, já adaptado já organizado, já reorganizado agora. Mas, mesmo assim, com todos esses direitos ainda não consegue chegar a nós esses direitos, esses nossos direitos, chegar diretamente a nós, a gente não consegue por conta da burocracia, eu costumo dizer assim, nós temos vinte e um ministérios, hoje nós temos nosso dinheiro, nossos direitos, agora falta projeto, né? Falta bons projetos pra chegar lá e nós não temos quem faça, o estado não dá suporte, o município não dá suporte [...].

Na fala do senhor Edilson, fica nítido a falta de apoio por parte dos governantes, através das secretarias que poderiam dar um suporte maior em relação a elaboração de projetos que viabilizassem a melhoria de vida para aquelas pessoas, pois ainda segundo ele a associação não tem uma renda fixa para se manter, contando apenas com a ajuda de amigos, pois "(...) a gente não tem sede a associação, não ganha, nós trabalhamos com serviço doado" e "(...) e hoje a associação se mantém mesmo assim de famílias, de amigos, de pessoas que contribuem com a gente".

Segundo ele, o código civil diz que uma instituição pode cobrar meio por cento do salário mínimo, mas na prática isso não acontece, pois os associados não fazem essa contribuição e isso acaba dificultando o trabalho, pois necessitam arcar com despesas de viagens, encontros, assembléias, ações voltadas para a melhoria para os associados.

Outra questão a ser aprofundada pelos movimentos sociais, de forma geral, é a formação mínima e técnica de suas lideranças em virtude da dificuldade de conduzir processos de organização dos projetos de financiamento. Desta forma se justifica o papel das instituições de ensino em

acentuarem as demandas educativas emergentes e promoverem a formação de lideranças em cursos próprios voltados para necessidades específicas.

2.3- A Política Educacional para a Educação Quilombola de Itacuruçá

As atuais políticas e programas sociais para as comunidades negras rurais quilombolas são resultado de movimentos sociais de luta pela terra e das ações do Movimento Negro Unificado (MNU). O movimento social, político e histórico que luta para garantir os direitos territoriais e educacionais das comunidades negras rurais apresentam no seu processo histórico uma dimensão secular de resistência. Podemos afirmar que esse movimento nasce junto aos primeiros quilombolas refugiados que se protegeram contra a lógica escravocrata, as insurgências, revoltas e rebeliões em todo país. Momento que se estende até os dias de hoje, em que homens e mulheres buscam possibilidades de fortalecer sua integridade física, social, econômica e cultural negada há mais de 300 anos. No interior do movimento encontramos atualmente as associações das comunidades quilombolas, os sindicatos e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades dos Quilombolas (Conaq), constituída por representantes municipais e estaduais. O debate em torno da garantia de direitos civis das comunidades quilombolas ganhou impulso nas últimas décadas do século XX graças a mobilização do Movimento Negro Unificado (MNU)[15] organizado, desde o final da década de 1970, com a finalidade de combater manifestações discriminatórias e preconceituosas praticadas contra a população afro-brasileira. Debruçando-se em pesquisas, estudos e orientações políticas, culturais e sociais para a afirmação dos direitos sobre a terra e o patrimônio cultural afro-brasileiro, o movimento mobiliza-se para, entre outras ações, promover a visibilidade política das populações remanescentes de quilombos.

Podemos considerar a mobilização do MNU uma continuação do movimento de quilombagem que “deve ser visto como um processo

[15] http://www.geledes.org.br/processo-de-adesao-os-36-anos-de-movimento-negro-unificado-mnu/

permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo" (MOURA, 2001, p. 109).

Para Santos (2005a), são, os movimentos sociais, os responsáveis por identificar novas formas de opressão e os fatores de regulação-emancipação presentes na relação subjetividade-cidadania "na defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem - estar material" (p. 177). Assim, devemos entender o movimento social quilombola pela sua organização interna e sua capacidade de agregar interesses coletivos e extra coletivos, articulando enquanto organização as demandas políticas e sociais de seus integrantes, num diálogo constante com outros movimentos e com o Estado, instâncias determinantes da ação coletiva reivindicatória do movimento cujas aspirações são compartilhadas por uma origem histórica, étnica e cultural.

A ação coletiva reivindicatória dos quilombolas é um conjunto de interesses que levam indivíduos a unirem-se em torno de causas comuns e de bens coletivos, esses interesses estão diretamente ligados à exclusão social, econômica e política do povo negro na sociedade brasileira e em especial o negro rural.

Uma vez que o Estado não garantiu os direitos constitucionais da cidadania, os movimentos tornam-se organizações reivindicadoras para obtenção dos benefícios negados a um determinado grupo social, essa perspectiva mobilizatória é própria dos chamados novos movimentos sociais (MOURIAUX; BEROUD, 2005).

A organização política de uma categoria ou segmento de uma população implica na compreensão dos instrumentos políticos utilizados para a regulação e emancipação de um povo, e a formalização de um saber representado politicamente (SANTOS, 2005a), isto significa que os movimentos sociais são importantes como parte do controle social das políticas públicas e a mobilização é parte integrante desse universo.

O atual movimento político dos remanescentes de quilombo faz parte de uma mobilização maior no cenário nacional que culminou com parte do processo de democratização do país e a possibilidade de trazer para o primeiro plano os debates políticos e os conflitos essenciais da dinâmica social

brasileira (MOURA, 2001). Início da abertura política no país, a década de 1980 é um marco no debate sobre a questão quilombola no cenário político nacional e culminar com o ano de 1988 onde os quilombos tornam-se objeto de matéria constitucional.

Esse momento é marcado pelas lutas dos movimentos sociais que reivindicam o acesso da população negra rural quilombola aos bens sociopolíticos e econômicos do país, e pelas políticas públicas de reparação social e territorial dessa população. As comunidades negras rurais quilombolas vivem um momento político em que se inicia o reconhecimento de seus direitos sociais através das ações afirmativas promovidas pelo governo Federal a partir de 2003.

Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos.

Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos e podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo.

A Seppir atua em parceria com outros entes do governo e da sociedade na elaboração, execução e acompanhamento de ações afirmativas em áreas como saúde, educação, trabalho, juventude e mulheres, entre outras.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

Vale lembrar que as políticas de ações afirmativas não são exclusivas do governo. A iniciativa privada e as organizações sociais sem fins lucrativos também são atores importantes neste processo, podendo atuar em conjunto, dando suporte, ou de forma complementar ao governo.

As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é,

oferecer estímulos a todos àqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo.

No Brasil, as ações afirmativas[16] integram uma agenda de combate a herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra.Entre as políticas afirmativas desenvolvidas pelo governo atualmente, está o sistema de cotas nas universidades Federais, bolsas de pesquisa e pós graduação, acesso e permanência nas instituições publicas federais de ensino,moradia e outros.

Para que fosse estabelecido as cotas para negros nas universidades foi realizado um estudo com levantamentos estatísticos que comprovasse a necessidade de criar uma política para compensar séculos de desigualdades.

É assim que nasce uma política de ação afirmativa. Após a leitura de um diagnóstico sócio-cultural histórico, há a comprovação estatística das desigualdades existentes e da necessidade de reparos. Após o diagnóstico e o planejamento de uma política de ação afirmativa, os gestores governamentais encaminham a legislação, monitoram sua aprovação e implementação.

Para os jovens das comunidades quilombolas a viabilização dessas políticas afirmativas faz toda diferença e reabrem a porta das esperanças para aqueles que não vê não conhecem muitas perspectivas, como nos falam os jovens da comunidade do baixo Itacuruçá que todas as tardes se encontravam na porta da Escola Santo André, no final do período letivo para ter acesso a internet da escola pelo sistema de Wifi[17] diretamente nos celulares.

> [...] gostamos daqui, mas é preciso sair daqui pra estudar, fazer uma faculdade, melhorar de vida, ser gente,e aí voltar pra trabalhar na comunidade e ajudar a crescer. Esse é o nosso papel. Mas cadê a condição pra onde vamos. Temos sonhos, mas será que vamos

[16] O termo ação afirmativa foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 60 do século XX, para se referir a políticas do governo para combater as diferenças entre brancos e negros. Antes mesmo da expressão, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do movimento negro no mundo todo, além de outros grupos discriminados, como árabes, palestinos, kurdos, entre outros oprimidos

[17] é uma marca registrada da *Wi-Fi Alliance*. É utilizada por produtos certificados que pertencem à classe de dispositivos de rede local sem fios

> conseguir realizar. Ontem saiu a lista do vestibular para quilombola três jovens passaram, acho que ainda é pouco. Tinha que ter mais vaga[...].”

Foto 07: alunos egressos da escola santo André

Fonte: Acervo da autora, de abril de 2016

A fala desses jovens, que já concluíram o ensino médio e não tiveram possibilidade de cursar o Ensino superior , ao mesmo tempo em que aponta esperança e confiança na política de afirmação apresenta a desesperança no número de vagas e na situação desigual que vivem sem possibilidade financeira de sair em busca de seus sonhos.

2.4- As práticas de Resistências Quilombolas

Entendemos o quilombo como espaço de prática de resistência cultural, epistemológica e política, identificando nos espaços contraditórios de regulação e emancipação, a formação de um conjunto de saberes, oriundos da história da tradição africana, expressa em inúmeras dimensões e inter-relações da vida

em que o ponto de equilíbrio entre regulação e emancipação é um processo desestabilizante e contraditório.

No decorrer da pesquisa temos percebido prática de resistência dos moradores da comunidade do Baixo Itacuruçá que estão permeados nas entrelinhas do cotidiano. Esses saberes e práticas estão inter-relacionados imprimindo a identidade desse povo.

Existe na diversidade dos fazeres e dos saberes das pessoas um elo que integra as famílias, a associação, a escola, a comunidade religiosa, o ir e vir no rio, as peculiaridades ribeirinhas, as olarias, os retiros[18] de fazer farinha de mandioca, a roça etc.

A comunidade do rio Baixo–Itacuruçá, antes do reconhecimento de terra quilombola, era considerada apenas área ribeirinha, assim como as demais ilhas de Abaetetuba[19], com suas características e peculiaridades como ressalta Abreu (2013, p. 81)

> [...] os ribeirinhos possuem uma dinâmica própria, permeada por um arcabouço cultural variado de saberes e linguagens que não podem estar afastados dos processos de escolarização, visto que refletem a identidade destes sujeitos[...]

Também Cardoso (2012), ao pesquisar sobre Saberes Ribeirinhos quilombolas e sua inserção no currículo escolar em turmas de Educação de Jovens e Adultos, na comunidade quilombola do Médio Itacuruçá em Abaetetuba, utilizada o termo " Ribeirinho Quilombola", para caracterizar os sujeitos remanescente de quilombo que se localizam no espaço de rios , igarapés e se apropriam dos conhecimentos socialmente construídos no cotidiano familiar para se relacionarem entre si e com o outro.

Entendemos, a partir da observação que é neste cotidiano, na memória e nas rotinas das famílias que são partilhados e construído os saberes e práticas de resistências quilombolas. No cultivo das plantas, na criação de animais, nas organizações e produções semi artesanais das olarias, no

[18] Nome dados ao espaço coberto destinado para o preparo da farinha de mandioca .

[19] Abaetetuba é formado por 72 Ilhas, além de áreas denominadas de estrada e centro com uma população estimada em 142.785 mil habitantes (IBGE, 2011). A região das Ilhas de Abaetetuba é formada por Comunidades Eclesiais de Base que contam com as organizações e movimentos sociais.

conduzir-se pelos rios, no lidar com o tempo das águas, na organização doméstica, na construção de moradia, no modo de viver e se localizar, na produção de farinheira coletiva e a roça as pessoas e seus contextos de vida estão ligados entre si impregnados de conteúdos de resistência e ancestralidade. Participam da mesma rede de histórias familiares, de histórias de lutas pela organização da comunidade.

As tarefas são divididas entre os homens e as mulheres, cabendo aos homens a preparação do terreno para o plantio, a construção dos retiros comunitários, o carregar e retirar os sacos com mandioca dos poços, as atividades da olaria, a fabricação de rabetas[20].

Foto 08- Mulher conduzindo a rabeta para levar filho a escola

Fonte: Arquivo da autora

As mulheres trabalham em todos os afazeres, tanto domésticos como não domésticos. Na foto acima, a mulher não está na dependência do homem

[20] Pequenas embarcações sem cobertura, movida a motores , muito usada pelo povo ribeirinho da Amazônia pela sua economia em combustível e grande velocidade

para se deslocar, conduz as rabetas ao longo rios, levando e buscando as crianças nas escolas, indo à cidade de Abaetetuba, às igrejas, vendas, reuniões, casas comerciais. Apresentam-se como protagonistas na organização social, liderando atividades nas igrejas e participando ativamente das discussões políticas e administrativas das associações.

Foto 09: Fabricação de canoas

Fonte: Arquivo da autora

A figura do homem na família e na comunidade é ligada a uma importância prática, respeitado como a segurança da família, perpassa a imagem patriarcal, simbólica da autoridade e do provedor da família, é obrigação do homem ir trabalhar na roça, na construção de barcos, na olaria, na escola de onde tira o sustento da casa. A visão do homem como o ser central e único dar lugar ao protagonismo da mulher que vem se emancipando e conquistando o espaço nas ações sociais e política da comunidade.

Os processos educativos vividos na comunidade de Itacuruçá se baseiam no aprendizado de saberes que motivam a busca pela sobrevivência diária, pois é marcado de significados para o grupo. Todos esses saberes e fazeres cotidianos demonstram como a resistência do conhecimento ancestral

perdurou por anos, dando à comunidade uma forma tradicional de vida e de auto-organização.

As estratégias de resistência estão presentes na linguagem, no corpo, no modo de vestir, de se expressar, na forma de organização social, política e religiosa dos quilombos. Muitas dessas estratégias repetidas durante séculos tornaram-se modos de vida dos afro-brasileiros quilombolas, redimensionaram práticas culturais tornando-as práticas cotidianas, fortalecendo suas identidades individuais e coletivas na dimensão étnica - racial quilombola.

A arte da pesca, as organizações comunitárias e familiares, o cultivo e produção dos alimentos, entre eles a farinha de mandioca, são exemplos de práticas cotidianas frutos da ancestralidade afriacana .

Essa idéia pode ser traduzida na fala do senhor Lucindo, quando evidencia a relação da produção da farinha de mandioca com a cultura quilombola,

> Em Alagoas, que formaram os Quilombos dos Palmares, eles tinham... formaram lá uma comunidade muito grande e eles tinham as sementes, onde eles plantaram e sobreviveram lá por vários anos. Então nós hoje cultivamos a farinha, a macaxeira, que muitos conhecem pelo aipim. Então hoje a gente cultiva ainda essas coisas. (morador do rio Baixo-Itacuruçá).

O morador reforça que a produção da farinha além de ser uma forma de produção para sobrevivência, alimentação e comercialização, também reproduz a manutenção da tradição de seus antepassados, que demarcam um tempo e espaço.

Na busca de fazer emergir a memória histórica, o Sr. Lucindo expressa e elabora na narrativa a consciência coletiva do grupo que justificam as práticas históricas da comunidade do Baixo Itacuruçá.

Os trabalhos tanto na roça quanto na olaria "demarcam traços de enraizamento cultural e, por conseguinte, de resistência. Resistência pressupõe, aqui, diferença histórica, interna e específica; ritmo próprio; modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo" (OLIVEIRA, 2004).

Os traços são traduzidos de forma diferenciada. Por exemplo, a resistência se concretiza pela vontade da comunidade se auto sustentar através da agricultura familiar, que está sendo ameaçada com o avanço da cultura do dendê na região, através das grandes empresas como a Bio Vale

que conta com o apoio dos governantes para adentrar nos territórios dos pequenos agricultores seja por meio da construção de ramais que interligam esses territórios a cidade facilitando assim o deslocamento da possível produção e fazendo oferta de compra de terras para o plantio do dendê e, muitas famílias, que não tem conhecimento do quanto poderão ser prejudicados e finalizam vendendo suas terras, o que já se torna um problema para as pessoas que tem consciência do prejuízo que a entrada dessas empresas podem causar a população. Nessa direção o relato do presidente da ARQUIA pode nos ajudar a refletir sobre a questão,

> Nós tamos (estamos) tendo problemas, sabe como é, uma empresa dessas de grande porte, o município deu aval pra ela entrar...Nós fomos na câmara municipal quando eles estavam entrando aqui, falamos da situação que o nosso povo ia vender a terra e depois ia ficar numa situação difícil, o nosso território é pequeno pra esse tipo de situação e nada foi feito.

A fala dessa liderança do movimento social revela a preocupação com o território e com a população e, também, demarca que eles assim como seus antepassados que resistiram no tempo contra a escravidão, eles também lutam e resistem contra qualquer tipo de exploração do qual estão sujeitos a sofrer. Estão enraizados não somente ao local onde vivem e trabalham, mas estão agarrados a uma cultura que foi produzida por seus pais, a agricultura produzida sem grandes lucros do modo ainda rudimentar utilizando a queima da roça para o plantio porque os recursos tecnológicos não chegam, mas da qual eles foram criados e estão criando seus filhos e resistem que pessoas de fora quebrem este laço cultural próprio deles.

Isso implica dizer que as pessoas daquela comunidade dependem dos recursos naturais, tanto da terra quanto da água representada pelo rio, estes se constituem como elementos fundamentais para a sobrevivência e a manutenção de sua cultura, de forma que são modos de vida e produção próprios daquele lugar. Seus modos de vida, a forma de trabalho, a relação com a natureza são processos acumuladores históricos e tradicionais de saberes e valores por parte dessa comunidade.

Há pouco menos de dez anos para atender à expansão e transformação do comércio da agro exportação de dendê, que faz fronteira com as terras quilombolas foi surgindo o ramal o “Ramal do Itacuruçá” ou “Ramal do

Ernandes[21]" como é também conhecido. Este ramal interliga as comunidades do Médio, Baixo e Alto Itacuruçá sendo usado como acesso para escoar a pequena produção de farinha da população, do Médio Itacuruçá comunidade de São João.

Foto 10 Comunidade de São João do Médio Itacuruçá

Fonte : arquivo da autora

A Comunidade do Baixo Itacuruçá apesar de ter acesso ao ramal, nos períodos de pouca chuva, preferem utilizar os transportes fluviais pelo fato da comunidade está localizada a margem do rio e ainda pela grande maioria das famílias possuírem seus próprios transportes e estabelecerem forte relação com as águas construídas pela cultura ribeirinha.

As comunidades das terras quilombolas de Itacuruçá, denominadas de Alto, Médio e Baixo Itacuruçá estão organizadas em comunidades que pelo inicio da sua formação receberem forte influencias das comunidades eclesiásticas de Base da igreja Católica, adotam um São padroeiro para ser

[21] Nome que se reporta ao antigo dono daquelas terras e que ali possuía engenho e fazenda.Informações obidas a partir do Blog do professor Abaetetubense Ademir Rocha http://ademirhelenorocha.blogspot.com.br.

cultuado pela comunidade que passa a identificar a localidade, como é o caso da comunidade do Baixo Itacuruçá que é conhecida como comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Baixo Itacuruçá.

Foto 11 Comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Baixo Itacuruçá.

Fonte arquivo da autora

A imagem acima apresenta a comunidade Católica do Baixo Itacuruçá que está localizada na entrada do Rio Itacuruçá .

No período das cheias do rio, que segundo os moradores acontece de março a abril , o nível do rio utrapassa seus limites e invadem casa e o espaço físico da própria comunidade os levando a adequar- se ao tempo das águas.

Foto 12- Transporte fluvial no Rio Itacuruçá

Fonte: Arquivo da autora

Na foto 7 registramos o uso do transporte fluvial da família como forma de acesso a escola e outras localidades situadas a margem do rio e também ramais e estradas(trajeto feito parte de barco e parte de veículo terrestre ou a pé)

O Ramal do Itacuruçá ou Ramal do Ernandes , que dá acesso a comunidade de Itacuruçá, está localizado na PA 151 entre os municípios de Abaetetuba e Igarapé Miri, sendo mais utilizado no período pouco chuvoso para escoar a produção como telhas, farinha, frutas, e outros. No período de intensas chuvas, o transporte terrestre fica impedidos, em virtude das péssimas condições da estrada de chão.

Foto 13- Ramal do Itacuruçá ou Ramal do Ernandes como é conhecido

Fonte : arquivo da autora

No percurso do ramal, percebemos o contraste do verde da floresta com as extensas áreas de pasto e plantação de dendê . As áreas de matas estão

sendo derrubadas para dar lugar às plantações de capim e dendê, causando, assim, uma visível destruição ambiental e humana.

Em conversa com o Sr Edilson representante da ARQUIA, a caminho da primeira visita à comunidade em 2015, nos relatou que a associação quilombola vem sofrendo invasões das terras pela empresa de extração de dendê que busca a todo custo avançar o território quilombola, por vários meios inclusive a desapropriação dos moradores do local.

A força do agronegócio[22] vem pressionando as comunidades quilombolas a cederem a força do capital. Essa luta tem sido uma das maiores formas de resistência enfrentada por esse povo, pois é a luta de três forças que historicamente determinam o mundo que são: o capitalismo, o coronelismo e a modernidade. Contra essas forças busca- se incansáveis negociações e grandes conflitos (REIS; SILVA, 1989), em busca de uma liberdade que se encontrava sempre por um fio (REIS; GOMES, 1996).

Nesse sentido, como afirma REIS; GOMES (1996), a história de liberdade é "cheia de ciladas e surpresas, de avanços e recuos, de conflito e compromisso, sem um sentido histórico linear" (REIS; GOMES,1996, p. 9), o movimento da resistência é complexo e multifacetado, sua existência ocorreu através de uma combinação contraditória entre autonomia e dominação, desobediência e submissão de um povo negro oprimido que está disposto a resistir e ir a luta pelos seus ideais. Reis e Gomes (1996, p.9) afirmam que "onde houve escravidão houve resistência.

[22] O AGRONEGÓCIO é toda a relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil, o termo é usado para se referir às grandes propriedades monocultoras modernas que empregam tecnologia avançada e pouca mão de obra, com produção voltada principalmente para o mercado externo ou para as agroindústrias e com finalidade de lucro.

SEÇÃO III : - A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA LUTA E RESISTÊNCIA

“ Pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática.”

(Paulo Freire)

Esta seção tem como objetivo elucidar sobre a importância do Estudo da Cultura Afro-Brasileira e africana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Escola Quilombola Santo André, do Baixo Itacuruçá e a importância da construção do currículo voltado para a Educação da comunidade remanescente de quilombo como possibilidade de construção, afirmação e valorização da identidade negra no contexto da luta e resistência como estratégia para sobrevivência . Com o intuito de entender de que a forma a educação e o processo de implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no estado do Pará são percebidos pelos professores da escola quilombola santo André, analisamos as falas dos professores, diretores e coordenadora escolar, colaboradores da pesquisa, com base na Análise do discurso (ORLANDI, 2015) e as agrupamos em dois eixos centrais de análise: 1) percepção dos professores cerca da educação e educação para relações étnico-raciais; 2) avaliação do processo de implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Raciais.

3.1.- Política Educacional para Quilombo Implementado pelo Estado

Falar de Educação e políticas educacionais nos remete a falar de propostas de governo construídas a partir de 2002 com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O período do governo Lula e Dilma foram o marco nas ações democráticas voltados para o povo, cenário político-organizativo se tornou fértil para discussão, proposição e efetivação das políticas sociais (políticas de ação afirmativa e/ou políticas de diversidade).

A questão da diversidade, especialmente na última década, é cada vez mais presente no debate educacional brasileiro. No campo normativo, foi sancionada a Lei n. 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, seguida pela Lei n. 11.645/08, que inclui também a questão indígena nos currículos escolares. No âmbito do Ministério da Educação – MEC – foi criada, em 2004, uma secretaria específica, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad –, com o intuito de articular, entre outras questões, o tema da diversidade nas políticas educacionais

No primeiro mandato do governo Lula foi votada e sancionada a Lei Nº. 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, que foi a primeira a estabelece as diretrizes para inclusão no currículo oficial das redes de ensino, públicas e particulares, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e altera a lei a LDB 9394/96. No mesmo ensejo o dia vinte de novembro recebe o devido reconhecimento, como dia Nacional da Consciência Negra e tem a data introduzida no calendário oficial das escolas.

Foram criadas no governo Lula, duas secretarias estratégicas de formulação e implementação de políticas de ações afirmativas relativas à população negra do país: a) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em março de 2003; b) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), criada em 2004 que, dentre as coordenações, havia a Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional. A primeira gerou e coordenou o Programa Brasil Quilombola (PBQ), 2004. A segunda teve como demanda principal implementar a Lei

10.639/2003. Convém ressaltar que o texto da Lei 10.639/2003 não faz referência a “quilombos” ou a “comunidades remanescentes de quilombo”. Porém o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) aparece cinco vezes.

A Lei e as Diretrizes tratam do ensino das relações étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira. Para que essa política se consolide o Parecer CNE/CP 03/2004 determina que todo sistema de ensino precisará providenciar “Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais”(BRASIL, 2003, p. 9).

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em Brasília, em 2001,debateu, sobre, a diversidade no campo da política educacional. Fruto desse debate houve a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica no Parecer CNE/CE 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Desta forma a CONAE (2010) definiu que a educação quilombola é da responsabilidade do governo federal, estadual e municipal e estes devem:

> a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
> b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
> c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico racial do grupo.
> d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

> e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
> f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
> h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

Sendo assim a regulamentação da Educação Escolar Quilombola nos sistemas de ensino deverá ser consolidada em nível nacional e seguir orientações curriculares gerais da Educação Básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país (BRASIL, 2011). Outro desafio que está posto é a inserção da realidade histórica e cultural quilombola nas questões curriculares das escolas da Educação Básica pública e privada de todo país, considerando que as comunidades quilombolas fazem parte da história da sociedade brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Estas diretrizes foi aprovado 2 junho de 2012, pel Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Câmara de Educação Básica (CEB), processo nº 230011.000113/2010-81 que teve como relatora a professora Nilma Lino Gomes. O documento têm a finalidade

> "orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola" (BRASIL, 2012, p. 05).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola , antes de serem encaminhadas a Câmara de Educação, passaram por um processo democrático de construção onde foram realizados seminários nacionais e regionais e audiências públicas na Bahia ,no Maranhão, e em Brasília durante o segundo semestre de 2011, com o objetivo de construir juntamente com as comunidades quilombolas as bases necessários para

elaboração dessas Diretrizes, principalmente na área da gestão pública no que se refere às necessidades da Educação Quilombola, como os processos de avaliação escolar, a alimentação, o transporte, a edificação do prédio escolar, condições de trabalho do professor, formas de ensinar e aprender, o processo didático-pedagógico e o financiamento (BRASIL, 2011).

É importante considerar que as exigências para a educação quilombola recaem sobre as escolas existentes nas comunidades para que estas construam um projeto pedagógico específico, tendo em vista a singularidade cultural de cada comunidade.

> "A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural "(BRASIL, 2011, p. 21) .

Dentre as políticas de diversidade definidas pelo MEC na primeira gestão do governo Lula, estão os seguintes programas/projetos/ações que trabalham com a diversidade:

1- Programa Nacional de Avaliação do Livro Didático, com a função de Observação da possível veiculação de estereótipos étnico-raciais e de gênero nos critérios de avaliação dos livros didático;

2- Programa de Financiamento Estudantil Lei n.10.260/01 Projeto de Financiamento de Cursos pré-vestibulares para o acesso de afrodescendentes e indígenas ao ensino superior (2003 até o momento). Em 2004, realizou fóruns estaduais para fortalecer a temática da diversidade étnico-racial; em 2006, criou o Projeto de Tutoria para jovens negros no ensino médio e superior e desenvolveu formação de professores da educação básica na Lei n. 10.639/2003.

3- Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade,

4- Apoio à disseminação da educação inclusiva nos municípios e disponibilização de equipamentos e material pedagógico.

5- Programa Brasil Quilombola Ações de formação de professores para áreas de remanescentes de quilombos, fóruns estaduais, melhoria da rede escolar e a produção de material didático

6- Elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Sistematização de um conjunto de programas/ ações de educação em direitos humanos que tem como um de seus princípios o respeito à diversidade.

7- Elaboração do Projeto de Lei n.7.200/06: Reforma da Educação Superior, Propõe a regulamentação do ensino superior brasileiro e define políticas de ações afirmativas para alunos negros, indígenas e de baixa renda

8- Comitê Interministerial de Políticas de Ações Afirmativas- Elaboração e encaminhamento ao Congresso do PL no. 3.627/04: Destina percentual de vagas nas Ifes para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.

9- Projeto de extensão universitária para a inclusão- Abrange programas de extensão universitária com ênfase na inclusão de pessoas com deficiência, população indígena e quilombola

10- Programa Universidade para Todos Lei n. 11.096/05- Destinação de bolsas de estudos a alunos de baixa renda, com percentual de vagas para estudantes negros, indígenas e deficiente

11- Programa Educação para a Diversidade e Cidadania- Apoio à qualificação de profissionais da Educação com relação aos temas de orientação sexual e de identidade de gênero

Fazem parte do MEC as seguintes Secretarias envolvidas com políticas de diversidade: Secretaria de Educação Básica – SEB; Secretaria de Educação Superior – Sesu; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad; Secretaria de Educação Especial – Seesp., a Secretaria de Especial de Direitos Humanos – Sedh – e a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – Seppir

Moehlecke (2009) ao analisar as características de cada um dos programas, pode separá-los em dois tipos, de acordo com o caráter da atividade que se propuseram realizar: programas direcionados para o acesso a bens e serviços para determinados públicos, como negros, indígenas, mulheres; lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e transgêneros – LGBTT;

pessoas com deficiência e de baixa renda; programas que procuram desenvolver um trabalho de formação, debates e produção de conhecimento acerca da temática da diversidade cultural na educação.

Destaca ainda que em 2009 o MEC encaminhou para apreciação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 3.627/04, que destina:

> [...} um percentual de vagas nas IFEs para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, e o Projeto de Lei n.7.200/06, que propõe uma reforma para a educação superior brasileira, em que se estabelecem, entre outras coisas, políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas. Ressaltem-se ainda o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH –, de 2003, e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, todos eles formulados, ainda que de diferentes formas, com a participação da sociedade civil organizada. Apesar de não serem iniciativas exclusivas do MEC e de não assumirem um caráter normativo, esses planos, ao definirem um conjunto de metas para o governo, contribuem para o acompanhamento das ações do ministério no que concerne a essas agendas específicas. Dentro do que se definiu como políticas de diversidade no MEC na primeira gestão do governo Lula, foi identificado um total de vinte e quatro programas/projetos/ações.Em relação ao governo anterior, percebe-se um nítido crescimento, em termos quantitativos, dos programas implementados na área, com ênfase naqueles voltados para a diversidade étnico-racial.. (MOEHLECKE et al ,2009)

Não restam dúvidas que as políticas de ações afirmativas no Brasil, importantes para a valorização e democratização do espaço social, teve importante destaque não só no primeiro e segundo mandato do governo Lula, como também nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff. Tememos que, neste momento político onde a direita a todo custo quer ocupar o controle do país, usando de subterfúgios imorais e injustos que ocasionaram em 31 agosto de 2016 com impeachment da presidenta eleita democraticamente, venha ser extintos, assim como foram vários ministérios e pastas ligadas as políticas públicas de ações sociais e diversidade. Entre elas ministérios da Cultura, das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Sendo que o primeiro, após reivindicações e ferreinhas críticas voltou a compor os 23 ministérios

Na página do Ministério da Educação estão disponíveis as Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015 que são:

> **Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**
> – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Tem como objetivo implementar políticas públicas integradas aos Programas e Ações da Educação Superior, Profissional e Tecnológica e Básica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gênero e Diversidade Sexual, Combate à Violência, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÂO, 2016)

Há ainda a Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais. Com os seguintes programas e ações:

> PRONACAMPO; Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND; Programa PET Conexões de Saberes (Desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários beneficiários das ações afirmativas no âmbito das Universidades públicas brasileiras, contribuindo para a inclusão social de jovens oriundos das comunidades do campo, quilombola, indígena e em situação de vulnerabilidade social)
>
> UNIAFRO (Programa de Formação Continuada de Professores em Educação para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para Educação Quilombola) Formação Continuada de Professores em Educação Quilombola e para as Relações Etnico-Raciais Educação Quilombola - Fortalecimento da Educação Básica em comunidades remanescentes de quilombos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÂO, 2016)

O PRONACAMPO tem suas ações Voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas – Formação Inicial e Continuada de Professores - Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - Infraestrutura Física e Tecnológica. Assim descritos:

O Eixo 1 trata Gestão e Práticas Pedagógicas e define as seguintes ações:

> Livros didáticos específicos para os anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo.
>
> Obras de referência com especificidades do campo e das comunidades quilombolas no âmbito do Programa Nacional de Biblioteca da Escola – PNBE Temático para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio.
> Educação integral com atividades estruturantes e complementares a formação do estudante. Mais Educação Campo
> Apoio às escolas quilombolas e as escolas do campo com turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades. Escola da Terra
> Inclusão das Escolas dos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS no FUNDEB, a partir de convênios com as redes públicas de ensino, amparados pela Lei nº 12.695/2012. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÂO, 2016)

No Eixo 2 percebemos as iniciativas voltadas para a Formação Inicial e Continuada de Professores de educação do campo e quilombola e trata das seguintes ações:

> Oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo - Pro campo.
>
> Expansão de pólos da Universidade Aberta do Brasil.
> Cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. PDE Interativo
> Financiamento específico nas áreas de conhecimento voltadas a educação do campo e quilombola, por meio do Observatório da Educação e do Programa de Extensão Universitária –

> PROEXT, conforme demanda apresentada. **(**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÂO, 2016)

Quanto a infra estrutura Física e Tecnológica o eixo 4 assim define:

> Disponibilização de projetos arquitetônicos de escolas, com 2, 4 e 6 salas de aula, quadra esportiva coberta, módulo terra, administrativo, de serviço, de educação infantil e alojamentos de professores e estudantes.Construção de Escolas
> Disponibilização de laboratórios de informática. Inclusão Digital
> Disponibilização de laptop educacional, um computador (servidor) com conteúdos pedagógicos e um roteador wireless para conexão. Inclusão Digital
> Disponibilização de computador interativo (projetor) com lousa digital.Inclusão Digital
> Disponibilização de recursos financeiros para manutenção, conservação, aquisição e pequenos reparos das instalações, equipamentos e para abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário. PDDE – Campo; PDDE - Água.
> Articulação para o fornecimento de energia elétrica às escolas. Luz para Todos
> Disponibilização de ônibus rural escolar, lancha escolar, bicicletas e capacetes. Transporte Escolar. **(**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÂO, 2016)

Além das políticas e ações afirmativas citadas acima, há de se mencionar a política de cotas[23] raciais para o ensino superior. Essa ação afirmativa, de acordo com Munanga (2013), tem como objetivo tentar corrigir o que é considerado como "injustiça histórica", herdada do período escravista que resultou em um menor acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, a menores oportunidades no mercado de trabalho para negros e índios. Essa ação é objeto de polêmicas entre os favoráveis e os contras.

[23] Entende-se por cotas um modelo de política de ações afirmativas a fim de garantir menores desigualdades socioeconômicas e educacionais entre os membros pertencentes a uma sociedade, principalmente no que se refere ao ingresso em instituições de ensino superior públicas e empregos públicos.

A lei das Cotas, nº 12.711, foi aprovada em agosto de 2012. O texto sancionado prevê que metade das vagas em algumas instituições, obrigatoriamente nas instituições federais, sejam reservadas aos estudantes vindos de escolas públicas e parte destas vagas são destinadas a estudantes pretos, pardos e indígenas.

Para que o candidato possa se beneficiar das cotas em instituições de ensino superior é feita mediante a autodeclaração, único documento exigido para comprovar a raça. O texto aprovado e sancionado não prevê uma banca para examinar a veracidade das informações raciais, mas cabe a instituição que oferece as vagas verificar as informações referentes à renda familiar do candidato.

Para comprovar a origem em comunidades de quilombos também passa pelo critério da autodefinição, no entanto a comunidade precisa estar inscrita no cadastro geral junto à Fundação Cultural Palmares. Os beneficiados pela lei não precisam necessariamente realizar as provas de vestibular. É possível que o candidato cotista empregue a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, com ou sem o uso do Sistema de Seleção Unificada- SISU.

A fim de complementar a Lei de Cotas o Governo Federal criou o Programa Nacional de Bolsa Permanência com o objetivo de facilitar a continuidade dos estudos de acadêmicos de baixa renda em instituições federais de ensino superior. Além de indígenas e quilombolas podem se beneficiar com a bolsa estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário-mínimo por pessoa.

3.2 A importância do Estudo da Cultura Afro-Brasileira e africana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

A promulgação da Lei 11.645, de 2008, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, visando incluir no

currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. O que esta Lei altera no conteúdo programático da educação básica é a inclusão dos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir dos dois grupos étnicos: africana e indígena. A lei enfatiza o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional. Resgata assim as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Segundo orientações da lei ,estes conteúdos não tem como objetivo ser ministrados em forma de disciplina específica e simo ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente através das aulas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil.

Entende se que, desta forma, buscam cumprir o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Conforme a Lei 10.639/2003, Resolução Nº1, de 17 de Junho de 2004, é dever de todos os cidadãos comprometidos com a educação o ensino, o que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2003), pedagogias de combate ao racismo e discriminação, têm como objetivo,fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Os negros deverão adquirir conhecimento e segurança para orgulharem-se da sua origem africana e os brancos deverão identificar as influências, a contribuição, à participação e a importância da historia e da

cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas.

A quebra da cultura escolar dominante nos sistemas de ensino se faz urgente, buscando caminhos de incorporar positivamente a diversidade cultural no cotidiano escolar

Gomes, (2013) defende a idéia que a Lei 10639/03 e as diretrizes curriculares nacionais vêm somar às demandas dos movimentos negros e outros movimentos contra o racismo na sociedade e na educação escola. Entendendo que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações anti racistas comprometida com o respeito a diversidade com a formação cidadão, no entanto Gomes afirma que:

> " Apesar de decorrido quatro anos após a sansão da Lei 10.639/03 e das iniciativas do Ministério da Educação, do Movimento Negro e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros para sua implementação, ainda encontramos muitas resistências de secretarias estaduais, municipais, escolas e educadores(as) à introdução a discussão que ela apresenta. Essa resistência não se dá no vazio. Antes está relacionado com a presença de um imaginário social peculiar sobre a questão do negro no Brasil, alicerçado no mito da democracia racial. A crença apriorística de que a sociedade brasileira é o exemplo de democracia e inclusão racial e cultural faz com que a demanda do trato pedagógico e político da questão racial seja vista com desconfiança pelos brasileiros e brasileiras, de maneira geral, e por muitos educadores, educadoras e formuladores de políticas educacionais, de forma peculiar. (GOMES.2013,p.69).

A constatação de Gomes quanto a resistência da implementação da Lei 10639/03 pelas secretarias estaduais, municipais e pela escola, quatro anos depois de ser sancionada, ainda é real em 2016, ou seja , treze anos depois da sansão da lei.

Ao perguntarmos para os professores, coordenadora, gestores da escola e assessores pedagógicos da secretaria municipal e estadual de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e da LEI 10.639/2003 , obtivemos as seguintes respostas:

A assessora da Educação do Campo, da secretaria municipal de Educação de Abaetetuba, destacou que as escolas quilombolas do município estão diretamente atreladas a setor da educação do Campo que foi criada em

2010. Não há proposta diferenciada para atender as escolas Quilombolas e as questões pedagógicas tais como planejamento, diretrizes e conteúdos estão ligados a um único projeto da secretaria atendidos pelo setor pedagógico

.Ao perguntarmos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e da LEI 10.639/2003, a assessora da Educação do Campo fez seguinte desabafo:

> " Com relação a parte pedagógica da educação do campo não temos autonomia , pois este assunto diz respeito e é de exclusividade do setor pedagógico, que direciona o planejamento , com propostas de atividades, conteúdos, dinâmicas que são interpretadas como determinação. Estamos na expectativa da secretaria criar em 2017 a modalidade da Educação quilombola para que possamos desvincular da proposta urbanocentrica e enfim trabalhar como deve ser a Lei 10639 e a as diretrizes curriculares.(ASSESSORA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO -SEMEC)

De fato analisando os documentos encaminhados pela SEMEC a escola. tais como:proposta pedagógica, planejamento e projetos, não observamos os conteúdos Afro- Brasileiros ou propostas de literaturas africanas serem mencionados ou sugeridos a escola a fim de enriquecer a prática pedagógica. Trata se de uma proposta totalmente urbanocentrica.

Os professores ao se referirem a lei e as diretrizes, fazem o seguinte destaque:

> "Não tenho muito conhecimento da lei e nunca li as Diretrizes, sempre que possível falo em minha sala de aula sobre a cultura negra e as questões daa diversidade, porém não temos muitos materiais didáticos ou livros sobre o assinto. O que passo é o que pego na internet(.NARRATIVA DO P 3)

> " Tenho dificuldade em trabalhar o tema, na minha época de faculdade não vimos esse assunto, também não participei de nenhum curso sobre o assunto, quando cheguei aqui o curso da SEDUC já tinha acontecido e a SEMEC agora que começou a criar encontro de um dia para lar do assunto com os professores.(NARRATIVA P 2)

De fato percebemos que trabalhar com as questões afro brasileiras e a questão das desigualdades raciais se constitui um desafio para os professores e equipe da escola, devido a falta de conhecimento da temática,o acesso as informações e a constante mobilidade de professores do ensino fundamental II e ensino Médioque fazem parte do quadro de professores temporários da SEDUC que são substituídos a cada dois anos . Como bem fala a coordenadora da Escola Santo André:

> " Temos duas escolas em um prédio só, uma é gerencia do município, os professores são da localidade e já trabalho conosco há mais de dez anos, a outra é de gerencia do estado, funciona desde 2013 e não professores do quadro efetivo, todo ano muda a equipe, não há equipe técnica da SEDUC, nem diretor , nem coordenador, apoio,ninguém . Nós que assumimos a escola par que os alunos da comunidade não saiam no prejuízo e a proposta da escola não seja por toda esquecida. Mesmo que não queiram (se referindo aos professores) nós envolvemos nos projetos e ações da nossa escola. Temos um sonho e lutamos por uma escola de fato quilombola.(Narrativa da Coordenadora-20016)

Na fala da coordenadora, percebemos que há uma luta constante para que a proposta da escola se configure na prática dos professores, apesar do descaso do poder público que pouco se faz presente na localidade.

Segundo informações da Assessora da Educação do Campo da SEMEC de Abaetetuba, a COORDENACAO DE PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL – COPIR da SEDUC Pará realizou em 2015 um curso sobre questões afro-brasileiras e igualdade racial, com os professores do município, mas não foi possível ser concluído devido problemas de deslocamento e recuso financeiro.

A própria secretaria Municipal de Educação dispõe de um único dia de encontro com os professores da Escola Quilombola, para tratar sobre a temática. Em 2016 o evento denominado "II Encontrão das Escolas Quilombolas de Abaetetuba", foi realizado no dia 24 de agosto com o tema Memórias, saberes e fazeres- Nossa Identidade. O objetivo do evento era propiciar momentos e formação quilombolas por meio do diálogo e interação entre as Escolas quilombolas, buscando envolver na prática pedagógica a Lei

10.639/03 e as Diretrizes da Educação Escolar quilombola (Resolução nº 8,de 20/11/2012) . Um evento desta natureza, com uma temática abrangente desenvolvida em um curto espaço de tempo, não consegue atingir os objetivos primordial na formação que é proporcionar diálogo e interação com os profissionais das mais de dez escolas do município de Abaetetuba. Questiona-se nesta situação não apenas o aligeiramento da ação, como a proposta da secretaria em fazer de conta que atende as necessidades da comunidade e cumpre com as obrigações do sistema que é fornecer subsídios pedagógico aos professores no que tange a formação e aprimoramento da educação atendendo as necessidades sociais e culturais(MEC 2012)

Para Souza (2006), as instituições de ensino no país ainda olham com descaso negro, e estão fazendo muito pouco em relação ao que são capazes de fazer para o resgate e valorização da identidade negra nas escolas. Para a autora:

> (...) ainda há muito que fazer para alcançarmos a totalidade dos direitos dos negros em ver respeitada a sua cultura e História. Acreditamos que seja necessário a reformulação dos currículos educacionais em todas as áreas, e concentrar-se na formação de professores no que se refere a História da África e Afro- Brasileira, pois é inaceitável a presença de atitudes preconceituosas e discriminatórias, tanto no âmbito educacional, quanto na sociedade como um todo. (Souza, 2006: 28).

Percebemos que é necessário incorporação das diversas culturas no cotidianos escolar e a desmistificação da cultura escolar dominante historicamente presentes nos sistemas de ensino. É perceptível que essa luta vem sendo travado pela equipe da escola.

3.3- O CURRÍCULO ESCOLAR: Identidade e Educação Escola Quilombola

Investigar o papel do currículo no processo de formação identitária dos/as educandos/as da Escola Quilombola Santo André é um grande desafio

deste item, que tem como objetivo compreender como o currículo escolar influencia no processo de construção da identidade étnico-racial da criança e do adolescente quilombola, refletindo sobre a relação identidade e pertencimento. Nesta temática é indispensável discutirmos a respeito da educação das relações étnico-raciais e os desafios que são postos para o currículo, de maneira a compreendê-lo como uma política cultural.

Historicamente o racismo, o preconceito e a discriminação racial contribuíram para o sentimento de inferioridade dos negros. A ideologia da degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento e o mito da democracia racial foram os instrumentos de dominação ideológica utilizados pela elite, para manter a sua cultura e o seu poder de dominação em relação aos negros e afro-descendentes. Essa impregnação ideológica ainda está presente no imaginário social dos brasileiros, dificultando a ascensão social, econômica, educacional e política dos negros. Segundo Munanga (1999) o mito da democracia racial.

> ...encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria... (p.80).

Podemos dizer que sociedade brasileira ainda nega o racismo, porém, ele está presente nos sistemas de valores que regem os padrões de comportamento do povo, expressando-se através das mais diversas práticas sociais. Esse caráter racista desqualifica os negros e possibilita aos brancos, por diferentes mecanismos, os acessos aos bens sociais (QUEIROZ, 2004). Assim, é de extrema relevância que discutamos sobre o preconceito, a discriminação e o racismo presentes na sociedade brasileira e na escola para que possamos combatê-lo.

Os preconceitos marcados pelos estereótipos da imagem depreciativa do negro estão presentes não apenas no dia a dia, na relação de desrespeito com o outro, como também, e não pouco freqüentes, nos livros, materiais didáticos e até mesmo no currículo adotado na escola.

Para Silva (2005) o currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um documento de identidade, um texto racial. Assim, neste trabalho, tomamos o currículo escolar da educação básica como campo de conhecimento que deve se relacionar com os elementos culturais quilombolas que dão sentido e significados as pessoas e ao seu cotidiano.

Na escola, a prática pedagógica ainda propaga o preconceito e a discriminação, através das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pelos/as educadores/as, além do mais, os materiais pedagógicos e os livros didáticos continuam apresentando ideologias branqueadoras.

Sobre esse olhar Queiroz afirma:

> O racismo presente no cotidiano escolar se manifesta não apenas naquilo que se diz, mas, sobretudo, naquilo que se cala. Esses obstáculos vão desde o tratamento inferiorizante e estereotipado da criança negra, e da imagem do negro, até o silêncio, nos currículos escolares, sobre a história dos negros, de suas lutas e de sua cultura, sobre as relações sociais racistas, que naturalizadas e invisibilizadas na sua concretude, são apresentadas pela escola como sendo amistosas e não problemáticas (Queiroz 2004,p. 141).

Quando discutimos as questões de preconceito e discriminação, achamos que estão distantes das escolas quilombolas, por estas se auto afirmarem negras, mas estamos enganados, pois as praticas de discriminação são visíveis na ausência da valorização e do reconhecimento da modalidade pelo sistema de Ensino, que mesmo intitulando a escola como Quilombola não a reconhece na sua essência curricular. Não referencia os valores dessas comunidades na construção do currículo.

O currículo encaminhado para a escola quilombola de Abaetetuba é o mesmo adotado pelas nas demais escolas. Os professores, principalmente do fundamental II e do Ensino médio estão em constante rotatividade e muitos chegam a desconhecer a propostas, projeto político pedagógico e diretrizes da modalidade e ainda por questão de comodidade utilizam o mesmo conteúdo e planos usados na escola da cidade.

Desta forma entendemos que escola quilombola, mesmo se apresentando como uma instituição social que convive com a diversidade

étnico-racial e cultural, ainda sustenta práticas de discriminação e segregação. Nesse processo, o currículo deixa de ser um mero receituário, técnico, sistemático e “ingênuo”, assumindo formas de legitimação de ideologia (BAÍA, 2001).

O currículo adotado atualmente na escola quilombola de Itacuruçá, adotado pelo sistemas de ensino municipal e estadual não é apenas uma simples transmissão desinteressada do conhecimento social e político de uma sociedade, como alerta Silva (1999), está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas e produz identidades individuais e sócio particulares.

Infelizmente as comunidades tradicionais do norte do país, precisamente dos remanescentes quilombolas do Município de Abaetetuba, possuem uma educação escolar que desconsidera a realidade e especificidades locais, o que é preocupante e prejudicial, pois, como Silva (2010) aponta, a educação escolar assume o papel principal na promoção de condição de uma qualidade de vida desses grupos, pois, por meio da educação será possível promover condutas compatíveis com os interesses comunitários despertando e afirmando o sentimento de pertença em busca do bem coletivo.

Entendemos que o currículo é um documento de identidade, e como alerta Silva:

> "As teorias críticas e pós-críticas de currículo argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica e desinteressada, mas que está. Inevitavelmente, implicada em relações de poder (SILVA, 1999, p.16).

Portanto, o currículo precisa ser entendido como um processo de construção social, atravessado por relações de poder "que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outras que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento e não outro" (Silva, 2002, p. 135).

Silva (2002) enfatiza a importância do papel do discurso e da linguagem numa perspectiva de currículo sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, no

qual o conhecimento é socialmente construído e mantém relações com a produção de identidades. Nesse sentido, o currículo pode atuar na construção e na reconstrução de identidades e também é constituído por elas; porque o currículo inventa e poderá ser inventado por essas identidades.

Desta forma, se o currículo é um processo de construção sociocultural, fortemente influenciado pelas relações de poder que envolve toda a rede social. Sendo assim, ao selecionarmos os conhecimentos que farão parte de determinado currículo, estamos procedendo a escolhas que refletem nossa própria constituição, nossa identidade.

Nesta perspectiva, escolhas serão decorrentes do tipo de sujeito que queremos, portanto, não existe currículo neutro, ele sempre é carregado de intencionalidade. O currículo constitui os sujeitos e é também constituído por eles.

Assim, falar sobre sociedades quilombolas, ou simplesmente em diferenças, implica adentrar pelos caminhos da identidade, podemos observar que esse fato ocorre a partir do que nos é comum e do que consideramos diferente. Silva (2002, p.9) diz que "... a identidade é, assim, marcada pela diferença e a diferença é sustentada pela exclusão." O autor ainda afirma que, a identidade é marcada por meio de símbolos e por representações que, ao mesmo tempo em que constroem a identidade, fazem uma marcação das diferenças, atuando esta marcação como componente chave em qualquer sistema classificatório).

Para Silva (2002), a "identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação". É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir.

Assim, há um longo caminho a ser percorrido pelos professores, em suas práticas educativas e nos currículos escolares para que possamos melhor contribuir com uma construção positiva da identidade negra.

3.4- A identidade Quilombola dos negros de Itacuruçá

Com a certificação do território quilombola em 2002, os moradores de Itacuruçá passaram a ser chamados de quilombolas e, a todo o momento, estão se reconhecendo diante das novas contingências que esse título lhes outorga. Desde então, a comunidade é procurada por pesquisadores de diferentes instituições, lideranças políticas, ONGs, turistas, curiosos, e outros. Essa nova realidade, causando certo estranhamento nos seus moradores. E o reconhecimento “dos de fora” de que são sujeitos de direito, permitindo a visibilidade do território cultural. O morador da comunidade de Itacuruçá deflagrou a condição e a consciência do reconhecer-se político étnico-cultural negro rural quilombola ribeirinho. Para entendermos essa identidade em construção que não é recente enquanto processo histórico, é recente enquanto categoria jurídica e política, compreendemos que as identidades são processos em constante construção e reconstrução.

Nesta construção se faz necessário a compreensão e o respeito aos significados que os homem e as mulher estabelecem para suas vidas levam-nos a pensar a identidade a partir das diversas culturas e entendê-la como um processo híbrido de raça, etnia, gênero, religião, histórias de vida, escolarização, etc. Neste sentido, a identidade será formada pelas relações que darão significados às experiências da vida, possibilitando ao sujeito as identificações necessárias para que se agregue a um grupo e seus pertencimentos.

Essas temáticas encaminham-nos para uma reflexão sobre os processos educação e resistência da comunidade quilombola do Itacuruçá, ligados às questões identitárias dos seus moradores. Pensando na identidade como um elemento que se constrói cultural e historicamente, não é possível pensar na identidade das pessoas negras sem pensar na sua trajetória e seus movimentos pelos quais têm passado.

De acordo com Munanga (2001), a identidade é para os indivíduos a fonte de sentidos e de experiência, portanto toda identidade exige

reconhecimento, caso contrário ela poderá sofrer prejuízos se for vista de modo limitado ou depreciativo.

Sendo assim,

> [...] gostar de ser negro depende do desenvolver da auto-estima. A forma objetiva de se atingir esse processo consiste em ações que promovam o resgate da cultura e história do negro, evidenciando seus heróis e vultos eminentes, uma vez que os modelos favoráveis à etnia, facilitam o fortalecimento desta auto-estima (CHAGAS,1997, p.77).

Percebemos que nesta construção identitárias assumir-se quilombola é mais fácil do que assumir negro para alguns moradores. É como se as duas identificações fossem totalmente diferentes. Uma lhes concede privilégios e direitos e a outra causa descriminação. Dona Maria, agente de saúde da comunidade assim descreve:

> "[...] quando vou preencher a ficha de cadastro de atendimento ou visita pergunto a cor da pessoa e coloco negro, branco, pardo, a maioria coloca que é parda não aceitam ser chamado de negro, mas são quilombolas e gostam de ser chamados assim (Narradora Dona Maria, março de 2016)

O mesmo fato é exposto pelo professores da Escola Santo André.

> "..os alunos não se sentem a vontade quando são chamados ou identificados como negro sentem vergonha acho que inferiorizados, preferem ser chamados de quilombolas. Nas minhas aulas sempre falo sobre isso mas ainda assim percebo a resistência a cor. "(P4 2016)

> " [...] sempre tratamos da questão da valorização do negro no dia consciência negra e da importância de nos afirmamos como negro, a final moramos em uma comunidade quilombola.Na nossa escola a senhora vê temos os cartazes, imagens de negro, mensagens para que eles se vejam como negros e quilombolas que todos nós somos. (P2 2016)

Com a fala dos narradores percebemos que é há um conflito quanto a autodenominação, como s as duas coisas fossem completamente diferentes. Identificamos que os moradores da comunidade negra rural de Itacuruçá, preferem a identificação como quilombolas, e resistem a denominação de

negro. Esse fato mostra que o preconceito enraizado historicamente ainda persiste mesmo nas comunidades reconhecidas legalmente como quilombola.

Sobre esse fato Souza (2006), evidencia que a imagem do negro foi transmitida de maneira preconceituosa e com hostilidade durante muito tempo nos livros didáticos e na sociedade em geral, pois o que interessava à elite da época era a submissão dos negros perante ela. Esse preconceito por sua vez gerou entre a auto descriminação e complexo de inferioridade .

> Infelizmente, a imagem que se tem da África e de seus descendentes não é relacionada como produção intelectual nem com tecnologia. Ela descamba para moleques famintos e famílias miseráveis, povos doentes e em guerra ou paisagens de safáris e mulheres de cangas coloridas. Essas idéias distorcidas desqualificam a cultura negra e acentuam o preconceito, do qual 45% de nossa população é vítima. (Souza 2006:25).

Os conflitos raciais vivenciados por esses moradores não constituem uma exceção nas comunidades negras rurais, Reis (2003) também constatou essa negação da identidade negra por alguns moradores da comunidade "remanescente" de quilombo Chacrinhas dos Pretos, no município de Belo Vale (MG), ao realizar um estudo sobre como a identidade negra era vivenciada por esse grupo. Frente a essa situação, Reis nos explica que.

> O fato de moradores não se perceberem como descendentes de escravos pode ser compreendido de diversas maneiras. Uma delas está ligada à forma de tratamento dada aos escravos. Eles não eram vistos como pessoas, mas como 'peças' ou 'coisas'. Eram submetidos a maus-tratos, à violência, à crueldade e à tortura, prevalecendo um total desrespeito à sua dignidade. Diante da posição a que os escravos eram violentamente submetidos, é compreensível que muitos moradores dessas comunidades neguem a sua descendência (REIS.2003, p. 18).

Desta forma, podemos entender que a negação da identidade quilombola de alguns moradores de Itacuruçá pode ser atribuída às razões assinaladas por Reis, visto que os escravos da Fazenda Volta foram também tratados como "coisas", "peças", "mercadorias", e passaram por sofrimentos cruéis.

Neste sentido também é preciso levar em consideração os mais de 400 anos de escravidão no Brasil, que tem até hoje reflexos na sociedade brasileira, através de atitudes preconceituosas e racistas, que contribuem negativamente na formação da identidade dos afro-descendentes, bem como, na sua ascensão social e educacional, como já mencionamos anteriormente.

A equipe educacional da escola Santo André, em Itacuruçá, juntamente com a ARQUIA vem desenvolvendo atividades e ações para reforçar, valorizar e fortalecer a identidade cultural quilombola , buscando romper com a negação da identidade dos alunos e da comunidade de Itacuruçá.

Na imagem abaixo apresentamos um dos cartazes expostos na entrada da escola que apresenta a seguinte frase criada pelo senhor Lucindo Rodrigues, um dos artistas, poeta e educador dessa localidade. ”Sou negro, sou quilombola e não nego minha história”. A frase e a imagem, descritos no cartaz, têm como objetivo a valoração e afirmação da identidade não só dos alunos, como também dos moradores da localidade.

Foto 14- cartaz exposto pela escola

Fonte: Arquivo da autora- dezembro de 2015

Neste sentido concordamos com Munanga (2006), quando afirma que a identidade é para os indivíduos a fonte de sentidos e de experiência, portanto toda identidade exige reconhecimento, caso contrário ela poderá sofrer prejuízos, se for vista de modo limitado ou depreciativo.

A escola Municipal Santo André tem um papel importante na afirmação e valorização da identidade quilombola e por vezes vem lutando contra o

currículo urbanocêntrico e a ausência de compromisso social, político e educacional do poder público municipal e estadual e conseqüentemente do sistema de ensino .

Entendemos que essa resistência apresentada pela escola também se caracteriza na forma de sentimento de pertencimento, compromisso e engajamento com as questões da comunidade. E assim concordando com Souza (2002), quando afirma que:

> " A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à idéia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns." (SOUZA, 2002, p.76)

Partindo do entendimento que a identidade quilombola se constrói vinculadas a lutas comuns e por tanto é formada e transformada no interior das relações sociais, como afirma Ciampa (2001) ela é sem dúvidas uma questão política e vem sendo assumida e construída a partir das ações, trabalho e relações entre os professores, comunidade e o cotidiano escolar.

Nesta Interrelação com "outro" Antonio Ciampa (2001) compreende o homem como um ser produzido historicamente, que por tanto é um ser social, que produz e é produto as relações sociais, cuja identidade está em constante movimento se formando e transformando num processo chamado pelo autor de metamorfose . Esse processo de construção e reconstrução das diferentes e diversas identidades é formada no interior das relações sociais como produto das relações históricas e políticas do momento.

. Nessa dinâmica da metamorfose das identidades e da resistência negra, os moradores vão, aos poucos, descobrindo o significado do quilombo no passado e na atualidade, muitas vezes, negando e silenciando, valores.

Entre a negação e o silenciamento estão as questões religiosas de matriz africana, como se estas não fizessem parte da identidade da comunidade quilombola de Itacuruçá. O assunto é evitado pela comunidade e tratado timidamente pela escola, apenas em situações eventuais, embora faça

parte dos conhecimentos tradicionais, ancestralidade e, portanto, da historiada comunidade quilombola. Sobre essa questão as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola orientam:

> "O currículo da educação quilombola deverá considerar também as questões de liberdade religiosa, atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam religiões de matriz africana, quer não.(BRASIL. 2012, p 463)

Entendemos que as identidades sociais e culturais são construídas no processo educacional como resultado de relações de poder e dos regimes de verdades existentes na estrutura curricular. Devemos procurar entender de que maneira podemos perpetuar essas relações. Como elas se encontram presentes em nosso planejamento? De que forma podemos contribuir para a problematização de questões sobre preconceito,diversidade, gênero e outros .Como trazer ao currículo as histórias que foram silenciadas? O multiculturalismo nos auxilia nestas questões, ou seja, na fabricação das identidades e de um currículo pretensamente fixo, imutável. Ele nos ajuda a rever verdades e a encarar que elas são múltiplas.

SEÇÃO IV - A EDUCAÇÃO E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: LUTAS E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA.

Investigar o papel do currículo no processo de formação identitárias da comunidade quilombola na luta pela valorização da cultura negra é um grande desafio para esta seção, que tem como objetivo compreender como o currículo escolar influencia no processo de construção da identidade étnico-racial da

criança e do adolescente quilombola, refletindo sobre a relação identidade e valorização. Para tanto, buscaremos tecer uma discussão a respeito da luta que a educação escolar quilombola vem travando para a valorização da identidade negra quilombola da Comunidade de Itacuruçá, no contexto da resistência.

4.1. A Escola Quilombola E.M.E.F Santo André

Segundo as narrativas dos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Baixo Itacuruçá, a educação escolar sistemática e o primeiro espaço de ensino começam a partir do ano de 1963,onde existia nas comunidades salas de aulas improvisadas nas casas de moradores. Os moradores sediam uma sala de sua casa, ou outro espaço livre onde eram ministradas aulas, da primeira até a quarta-série equivalente ao ensino fundamental, com materiais didáticos improvisados e professores sem formação, que mesmo com pouca instrução, foram de extrema importância para o processo de alfabetização e escolarização de crianças e jovens da região.

Outra iniciativa educacional foi a implantação do MOBRAL(Movimento Brasileiro de Alfabetização) na década de 70, onde muitos adultos tiveram acesso a leitura e a escrita.

No início dos anos 1980 foi inaugurada a primeira escola, ainda assim de maneira precária, com turmas multisseriadas e sem merenda escolar e materiais didáticos. Nessa situação durante alguns anos a escola ofertava apenas o ensino de 1º à 4º série, o que para muitos estudantes era o fim da vida escolar, quem tinha condições de continuar os estudos precisava se dirigir a outras cidades como Igarapé-miri e Abaetetuba.

Diante dessas dificuldades a comunidade se mobilizou junto a organizações religiosas como a Comissão Pastoral da Terra e a Diocese de Abaetetuba para a implantação do ensino fundamental e médio. Dessa forma o projeto SOME – Sistema Modular de Ensino, do Governo do Estado do Pará, foi inserido na comunidade ofertando turmas de quinta à oitava série. No ano seguinte o ensino médio foi implantado no formato regular , mas na escola do

Médio Itacuruçá que fica distante da Comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Baixo Itacuruçá . A Escola além de distante foi ofertada em condições precárias. Sobre essa situação o professor P2, destaca:

> [...] muitos alunos aqui remavam maré lançante, contra daqui pro São João meia hora remando, em baixo de sol pra terminar o ensino médio, eles lutaram junto com a gente por essa escola, mas não usufruíram daqui, porque tinha terminado já os estudos, mas os meus alunos agora tem uma escola. Próximo da casa tem um barco que vai buscar na porta, antigamente não tinha. Eu parabenizava todo dia uma turma que passava aqui no rio: "muito bem meu colega, continue assim mesmo", porque hoje em dia tem alguns que já estão na universidade, foram empenhados em estudar, se fosse qualquer outro ia desistir pela dificuldade, né?" (Professor P2, entrevista pesquisa de Campo 2016,)

O acesso à educação foi uma conquista da comunidade, que veio oportunizar os estudantes quilombolas e ribeirinhos que ficavam a margem do sistema educacional a ter acesso a Educação Escolar do inicio a conclusão da Educação Básica, sem a necessidade do deslocamento para outros municípios, o que contribui para o aumento do número de alunos nas escolas e para a extensão da vida escolar dos moradores dessa região, os colaboradores memoram que o fato da escola estar mais próxima da casa dos alunos favoreceu a permanência das famílias nas comunidades.

> Observamos que quando o morador ia pra cidade (Abaetetuba), dificilmente voltava, pois ficava acostumado a rotina e facilidade da cidade .. Ele já não quer andar na lama, ele não quer ter as dificuldades que muitas vezes nós temos. Assim, ele ficando dentro da comunidade não vai perder aquela raiz, aquele entusiasmo de um dia também querer ajudar sua comunidade." [...] Se continuasse do jeito como antes eu acredito que o nosso setor, a nossa localidade ela já estaria abandonada, porque quando a criança vai pra Abaetetuba, constantemente a família acompanha e a família vai embora pra lá. Aí ela vai às vezes, passar fome. Muitas das vezes aquela família não vai conseguir acompanhar o desenvolvimento do seu filho. Aí vai perder ele pro mundo das drogas, pra prostituição e tudo mais. E aqui na localidade não. Ele tem o tempo dele pra estudar. Ele tem o tempo dele pra ajudar a família e nós estamos aqui e continuando a progredir na nossa comunidade, nossa localidade. (P3, entrevista pesquisa de Campo 2016,)

A narrativa da professora destaca a importância da construção e estruturação da escola no território quilombola pra a comunidade, e com o esse acesso permitiu aos moradores não somente o acesso à educação sistematizada e continuidade dos estudos, como também acesso a qualidade

de vida, uma vez que os pais não precisariam mais sair de suas casas, vender o seu terreno abandonar sua cultura e modo de vida.

Outro benefício destacado pela professora foi quanto a fixação do quilombola na sua terra, que garantiu a continuidade e manutenção da comunidade, evitando o êxodo rural e o risco de extinção da comunidade.

Assim percebemos que a escola se evidencia como um símbolo de resistência, pois representa melhoria na vida dessas pessoas, uma vez que permanecer na comunidade é um fator preponderante para lutar pela garantia de direitos e benefícios e nutrir o sentimento de pertencimento e enraizamento ao local, que favorece o engajamento e o compromisso político e social com as questões de enfretamento da comunidade.

Com tudo não temos dúvidas que a Educação se constituiu e se constitui, como um fator histórico de luta pelas melhorias desse ao longo dos anos. Os objetos de luta e reivindicações foram sendo e são enumerados nas narrativas dos colaboradores, entre elas podemos citar: a implementação do programa SOME, a construção e reforma das escolas, qualificação dos professores por meio de programas como o Pedagogia das Águas e do PAFOR, transporte escolar via barco, programas e projetos e outras ações importantes não somente para a escola como também para a comunidade quilombola.

Com a expansão do acesso a educação na região e com a titulação do território, como área quilombola, a escola ficou reconhecida como a primeira Escola Quilombola do Município de Abaetetuba.

Apesar da titulação da escola e da maioria dos alunos se auto declarem quilombolas, os sistemas de ensino não os vêem e os tratam com tal, pois não dispõem de propostas e projetos, calendário voltados para essas comunidades remanescentes quilombolas do território das Ilhas de Abaetetuba.

A escola funciona com os dois sistemas de ensino Municipal e estadual. Com a Secretária de Educação do Estado, funciona em regime de convenio para a oferta do Ensino Médio regular, vinculada com a Escola de Ensino Fundamental e Médio Professora Benvinda de Araújo Pontes, localizada no centro de Abaetetuba e está organizada em dois espaços, um principal e outro anexo, dispostos um ao lado do outro.

Atualmente a estrutura da escola está composta da seguinte forma: 7 salas de aula no prédio principal e mais 6 no prédio em anexo. No prédio principal estão situados: Biblioteca, sala de informática, 2 sanitários femininos e masculinos para alunos e para os professores e funcionários tem mais dois separados, uma cozinha ampla e equipada, 1 sala para os professores, 1 sala da diretoria, 1 sala da administração e um pátio que também é utilizado como refeitório. A quadra de esporte não pertence a escola mas é cedida pelo morador proprietário para ser usada nas praticas de exporte e festa junina da comunidade.

No anexo estão apenas salas de aula e dois banheiros que são usadas pelos alunos do ensino médio. Nas fotografias abaixo podemos observar os dois espaços da escola. A direita a Escola Municipal santo André e a esquerda o prédio anexo. Os dois prédios apresentam a necessidade de uma boa reforma e adequação.

Foto 15 Escola Santo André foto 16 Anexo da escola

Fonte : Arquivo da autora

A escola Santo André atende 7 comunidades da região, ofertando educação infantil e 1º ao 5º ano do ensino fundamental em turmas multisseriadas. Do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e o ensino médio são ofertados em parceria com a escola Estadual Benvinda sediada no município de Abaetetuba.

Hoje a escola conta com uma população de 350 alunos, estando eles divididos entre Educação Infantil e Ensino Fundamental I sobre responsabilidade da secretaria municipal de Educação e o Ensino Fundamental

II e Ensino Médio de responsabilidade da secretaria Estadual de educação .

As turmas de Educação Infantil e Ens. Fundamental I são atendidos por um quadro de 6 professore (todos moradores da comunidade), um gestor , uma coordenadora pedagógica, dois vigias , duas merendeiras e quatro serventes, todos com vinculo efetivo . Na rede estadual os 8 professores são vinculados a secretaria Estadual de Educação e lotados pela Escola Benvinda Pontes para atender os alunos da comunidade.

Nesta parceria os recursos financeiro referente ao número de alunos lotados nas modalidade, segundo gestor Reinaldo, não são repassados a escola e nem tão pouco é encaminhado materiais de expediente e limpeza para manter as necessidades básicas para a manutenção da escola. Há mais de um ano foi organizado o processo para a autorização da escola e encaminhado a SEDUC e conselho Estadual de Educação, porém até o momento o processo foi concluído e a autorização se efetivou.

Apesar de a parceria ter ajudado na oferta da modalidade de ensino aos estudantes da comunidade, evitado o êxodo rural dos jovens e oportunizado os que estavam sem concluir a educação básica pela falta de recurso financeiro para se manter fora de seu domicílio, ela acabou gerando problemas que comprometem a qualidade do ensino.. Os professores, na maioria não efetivo, são substituídos a cada dois anos, que é o período de vigência dos contratos temporários da rede estadual, por outros professores em sua maioria recém formados.

A carga horária de trabalho é distribuída na cidade e na zona rural. O planejamento utilizado pelos professores é o mesmo das escolas urbanas onde trabalham. Não passam por nenhum curso de aprimoramento para conhecer trabalhar com a educação escolar Quilombola. O salário pago é baixo e não recebe ajuda para deslocamento e estadia.

Outra dificuldade enfrentada pelos professores é quanto ao transporte, pois os mesmos pagam um valor de vinte reais diário para ir e vir a escola e enfrentam o risco de serem abordados por Piratas da região. Para garantir a integridade física os professores acordaram com o gestor da escola sede, que precisariam iniciar as aulas as 7:40 e no final do dia encerrar as 17hs. Esse acordo gera a perda de uma hora diária na carga horária do aluno. Com essa

limitação não possuem disponibilidade para participar de formação continuada, planejamento, reuniões e atividades desenvolvidas na própria escola.

O transporte utilizado pelos alunos é custeado pelo governo federal e repassado para prefeitura que contrata pequenas embarcações para transportar os alunos da educação básica até a escola, como mostra a imagem abaixo. Ao observarmos os transportes utilizados pelos alunos percebemos que estes estão totalmente irregulares e não se enquadram nas regras da Marinha do Brasil através das capitanias dos portos .Ao utilizarem o veículo estão em total vulnerabilidade, pois não utilizam coletes salva vidas, não dispõem de um monitor que os orientem e acompanhem o motorista.

Foto 17: Rio Itacuruçá -caminho da escola

Foto 18 Transporte escolar

Fonte Arquivo da autora

Os alunos da rede estadual utilizam o mesmo transporte dos alunos da rede municipal, o que gera uma dependência e subordinação ao calendário escolar municipal mesmo com perda significativa de dias letivos. Esse ano as aulas iniciaram dia 02 de maio, com parada para as férias dia 30 de junho e o retorno dia 08 de agosto. Pelo calendário do município o ano letivo de 2016 iniciou dia 02 de março de 2016 e encerrará dia 20 de janeiro de 2017. Pela dependência do transporte escolar os alunos da rede estadual de ensino

deverão encerrará seu período letivo no mesmo dia, sob pena dos alunos não poderem se deslocar a escola.

Com isso observamos que o cumprimento dos duzentos dias letivos na rede estadual de Ensino não acontece e quem fica prejudicado são os alunos. Outra dificuldade enfrentada é quanto a implementação do currículo especifico para as Escolas Quilombolas, que a narrativa dos professores, revela que a grande maioria desconhece as Diretrizes Curriculares e a lei 10.639/2003.,

Em se tratando de merenda escolar, podemos dizer são fornecidos pela secretaria municipal de educação e pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, que na maioria valoriza a característica regional, apresentando característica saudáveis e de qualidade. Entre os alimentos regionais são servidos, mingau de farinha de tapioca com açaí, peixe, frutas, arroz com charque e outros.

Como suporte didático a escola dispõem da sala de informática(conforme imagem abaixo) com internet conectada, cartilhas, livros de orientações para professores, livros didáticos e paradidáticos. Os livros didáticos que a escola recebe são os mesmos utilizados na zona urbana. Apenas os livros paradidáticos trazem a temática quilombola e negra.

Foto 17- Sala de informática

Fonte Arquivo da autora

A sala de informativa, equipada pelo MEC através do programa Nacional de Tecnologia educacional - PROINFO[24], possui 10 computadores, uma impressora, projetor multimídia, ar condicionado e acesso a internet . Apesar do ambiente está equipado, climatizado e propicio para pesquisa e aprendizagens é pouco utilizado, pois os professores e equipe da escola alegam não dominar a tecnologia. Já solicitaram cursos mas até o momento não foram atendidos. Apenas os professores usam a sala para pesquisa e os alunos e a comunidade utilizam o sinal da internet para usar a rede de comunicação vitual.

A Escola Santo André elaborou seu primeiro Projeto político Pedagógico em 2014, na ocasião o Gestor solicitou ajuda dos professores e alunos da UFPA que realizavam pesquisa na comunidade. O GEPESEED Grupo de Estudo Pesquisa, Extensão, Sociedade, Estado e Educação. – da UFPA, o grupo de Estudo. Para a construção do documento, o gestor mobilizando os professores, coordenação e a comunidade .

O documento reúne informação sobre a história da comunidade, a importância de formação da ARQUIA, e a missão e os objetivos da escola, que são sintetizados abaixo:

> Valorizar a identidade e a comunidade local a partir da cultura do povo Quilombola [...] com a promoção de uma educação de qualidade social para todos os envolvidos. Tal perspectiva, de educar pela valorização da identidade quilombola insere-se no adentrar o universo dos saberes de ribeirinhos e quilombolas na perspectiva de aprendiz,

[24] O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) é um programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio.

> descrevendo e analisando suas práticas que estão também no plano das relações cotidianas de natureza interpessoal e social. (ProjetoPolítico Pedagógico, escola Santo André).

O projeto político pedagógico apresenta-se como um documento que reconhece a importância da escola para comunidade, reconhece também que a escola precisa valorizar a identidade desses sujeitos, seus saberes, sua memória, seu histórico de lutas. O PPP possui um diferencial ao adotar como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, enfatizando a necessidade de que a escola precisa adotar um currículo diferenciado, merenda escolar especifica, a formação de professores voltada para a realidade local abrangendo pessoas que tem inserção e participação nas questões da comunidade.

Em seguida discutiremos o currículo da escola Santo André e os desafios e possibilidades deste para a implementação de uma Educação Escolar Quilombola.

4.2. O Currículo da EMEF Santo André: Desafios e Possibilidades.

Antes mesmo de falarmos de currículo se faz necessário discutirmos alguns conceitos apresentados por Gomes (2003 sobre a educação e diversidade étnico-cultural:

> "a diversidade cultural é muito mais complexa e multifacetada do que pensamos. Significa muito mais do que a apologia aos aspectos pluriétnico e pluricultural de nossa sociedade. Por isso, refletir sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar seus múltiplos recortes [...]. O reconhecimento dos diferentes recortes dentro da ampla temática da diversidade cultural (negros, índios, mulheres, portadores de necessidades especiais, homossexuais, entre outros), coloca-nos frente a frente com a luta desses e outros grupos em prol do respeito à diferença. Coloca-nos, também, diante do desafio de implementar políticas em que a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam respeitadas dentro das suas especificidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de experiências e da garantia dos direitos sociais (p. 70 e 71).

Afirma ainda que:

> falar sobre a diversidade cultural não se diz respeito apenas ao reconhecimento do outro. Significa pensar a relação entre o eu e o

> outro. Aí está o encantamento da discussão sobre a diversidade. Ao considerarmos o outro, o diferente, não deixamos de focar a atenção sobre o nosso grupo, a nossa história, o nosso povo. Ou seja, falamos o tempo todo em semelhanças e diferenças (GOMES, 2003, p. 72).

Não há dúvidas que superar esses desafios é preciso entender a escola e o currículo como um espaço aberto, plural e dinâmico. O currículo deve ser visto como um artefato social e cultural, guiado por questões sociológicas, políticas e epistemológicas. (MOREIRA e SILVA, 1999).

Desta forma o currículo escolar não é meramente um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social, que se veicula através de um bloco de disciplinas, com procedimentos, técnicas e métodos de ensino. O currículo está permeado de relações de poder.

> O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2002, p. 150).

Arroyo também afirma que :

> (..) centralidades históricas do currículo vem tornando-o território que concentra a disputa política da sociedade, do estado e de suas instituições , como também de suas políticas e diretrizes. (2011.p17)

Percebemos que essa centralidade história fica evidente nas turmas de fundamental II e ensino médio, sob gestão do sistema estadual de ensino, que não consegue fazer a gestão de um currículo próprio ficando atrelada ao currículo estabelecido geral definido pela secretaria de educação do Estado, não há comunicação entre os dois sistemas para definir uma proposta educacional quilombola. A rede municipal de ensino não assume o currículo das Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola.

O próprio PPP da escola contempla a Educação Infantil e o ensino fundamental I e por não possuir uma equipe pedagógica que articule os profissionais da educação, do ensino fundamental II e Ensino médio as ações e atividades educacionais ficam legadas a proposta educacional da Escola Benvinda a qual está vinculada, ficando a Escola Quilombola Santo André sem autonomia pedagógica e financeira sobre essas modalidades ofertadas no

território. Até mesmo os programas federais para essa modalidade não alcançam a escola, pois está vinculada a uma escola urbana, não quilombola. Os recursos financeiros repassados pelo numero de alunos matriculados fica na escola sede.

Sem autonomia financeira, a escola encontra dificuldades para planejar e para tomar decisões, os problemas enfrentados pela escola, acabam se acumulando, até mesmo os estruturais, que poderiam de fácil resolução, como por exemplo: trocar uma torneira, reparar o telhado, comprar lâmpadas, concertar portas, descarga do banheiro, acabam se tornando grandes problemas.

No decorrer da pesquisa entramos em contato com os professores e gestores lotados nos dois sistemas de ensino a fim de entender como o currículo da escola Santo André tem contribuído com o processo de educação e resistência nessa comunidade.

Em entrevistas com os professores da End. Infantil , do Ensino Fundamental I, fundamental II, Ensino médio, gestores e coordenadora da rede Estadual e municipal, colaboradores da pesquisa que os trataremos como P1, P2,P3,P4,P5 ,P6, P7, P8 e P9, a fim de manter a identidade do mesmos preservada, fizemos os seguintes questionamentos para tentar elucidar as práticas curriculares apresentadas por eles no espaço da sala de aula.

1- Após a publicação da LEI 10.639/2003 que obriga o ensino de história da África e Cultura Afro brasileira você nota alguma diferença no que se refere a forma de ensinar, selecionar e trabalhar com as questões afro-descendentes em sala de aula?

2- Você tem conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola , aprovado dia 05 junho de2012?

3- Atualmente na sua pratica de ensino ou na observação da prática docente dos professores da escola, você aplica ou identifica dinâmica (brincadeiras) da cultura Afro- brasileira em sala de aula?

4- Quais são as maiores dificuldades encontradas por você para trabalhar as questões referentes a cultura quilombolas ,História da África e Cultura afro brasileira em sala de aula?

5- Em que medida o sistema de ensino municipal ou estadual contribui para você falar da cultura afro-descendente em sala de aula?

Para as perguntas do questionário 1 e 2, obtivemos uma resposta que foi unânime na narrativa de todos o entrevistados, e sintetizada pela professora P8:

> [...] não temos muito conhecimento das leis que tratam da questões afro, não tivemos oportunidade de estudar a fundo, na universidade não vimos sobre elas, e sabe como é na vida corrida de professor não temos como parar pra buscar entender essas leis, e falando em lei você já sabe , é complicada(expressão de riso)uma vez iniciaram um curso que não foi pra frente. A gente faz do nosso jeito, organiza feiras e projetos que evidenciam as questões raciais discuti nas salas, apresenta pra comunidade, isso acontece mais em novembro no dia da consciência negra.Percebo que esses projeto surte um bom efeito eles se sentem valorizados.E isso é bom. No dia a dia das aulas, na minha disciplina de português, não trato muito sobre esse assunto, por queremos que vencer o conteúdo programático, mas quando surge a oportunidade paramos pra discutir o assunto(P8, entrevista pesquisa de Campo 2016).

A narrativa da professora evidencia a ausência de políticas publicas voltadas para viabilização dessas leis no chão da escola, não basta que as leis estejam na proposta e programa do governo federal, como vimos anteriormente é necessário que elas se efetivem nas esferas municipais e estaduais. Diante desse contexto, é imperativo que se invista na formação inicial e continuada dos/as professores/as para que as práticas pedagógicas possam ser mais plurais e consistentes. Assim, Canen e Xavier (2005) asseguram sobre a necessidade de um modelo de professor pesquisador multiculturamente comprometido. Nesse sentido, é urgente questionar como tem sido pensada a articulação ensino-pesquisa e multiculturalismo na formação de professores e o que as secretarias tem feito para melhorar o conhecimentos desses profissionais .

A implementação da Lei 10.639/03 encontra no processo formativo dos professores mais um desafio a ser enfrentado. É necessário primeiro ampliar a concepção desses profissionais sobre a questão racial para que, aí sim, eles possam desenvolver um trabalho nessa direção com seus alunos e na escola. Nesse sentido urge a necessidade de centralizar as políticas de implementação

da Lei na formação do professor. No que se refere a políticas de formação de professores, pela secretaria estadual de Educação, podemos afirma que, não é que não haja a formação de professores no estado do Pará para a implementação da Lei 10.639/03, o que ocorre é que o trabalho desenvolvido ainda é muito incipiente e que o discurso sobre o que tem sido feito é muito maior do que as ações realizadas de concreto, ações tem chegado de forma tímida e insuficiente, para tingir as necessidades e demandas da escola e da sociedade.

Para este momento trago a fala de alguns professores que foram que foram entrevistados em abril de 2016 na comunidade.

Sobre a questão 1:

> "(..) trabalho na escola há mais de dez anos e não tenho lembrança de até antes de 2010, 2012 alguém tenha dito ou trazido materiais que falavam sobre essa lei...Pra nós era difícil receber materiais pedagógico ou cursos sobre esses assuntos pela secretaria de educação. Nem falavam na questão afro. De uns tempos pra cá a escola recebe vista de professores nas universidades que vem pesquisar sobre quilombolas e aí a gente vai ouvindo uma coisa aqui outra ali e vai aprendendo mais um pouco." (professor P5 entrevista realizada em abril de 2016.)

Ao perguntar se tinham Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, aprovado dia 05 junho de 2012 , todos responderam que desconheciam , apenas a coordenadora pedagógica afirmou.

> (..) Já ouvi falar dessas diretrizes , mas ainda não li, na verdade não tem na escola os livros que tem aqui (tirou alguns livros encaminhados pelo MEC da gaveta da sala dos professores e mostrou) são esses mas não temos essa lei . Quero
>
> ler. (coordenadora Pedagógica)

Quando perguntei sobre a prática docente e se eles aplicavam dinâmica (brincadeiras) da cultura Afro- brasileira em sala de aula, responderam da seguinte forma:

> " Quando temos tempo, mas na maioria das vezes o tema da cultura Afro é tratado no Dia da Consciência negra que fazemos todo o ano na escola"(professor P3).

O evento ao qual a professora se refere é o Evento do dia consciência negra, previsto no PPP da escola, nesta data a escola se programa para receber visitas das diversas escolas da sede do município de Abaetetuba e demais interiores, para assistirem as exposições, trabalho, danças e outras manifestações culturais típicas da comunidade

Sobre a pergunta 4 que trata das dificuldades encontradas por você para trabalhar as questões referentes a cultura quilombolas ,História da África e Cultura afro brasileira em sala de aula, responderam:

> " é preciso novas idéias treinamento, novidades que sejam feitos aqui, é difícil ir pra outro lugar . A SEDUC começou a ministrar um curso aqui na escola, em 2014 eu acho,foi muito bom aprendemos muita coisa. Esse curso teria outras etapas , mas parou na primeira e pronto, nunca mais vieram aqui (Professora P1)

Quando perguntamos sobre em que medida o sistema de ensino municipal ou estadual contribui para você falar da cultura afro-descendente em sala de aula, evidenciaram:

> (..) pouco pra não dizer nada, não há treinamento, planejamento, curso, nada se a gente quiser se vira sozinho o estado começou um curso mas não deu continuidade (professor P3)

Com essas falas podemos perceber que a escola ainda não conseguiu efetivar um currículo que trabalhe o conteúdo voltado para a história da África e das comunidades quilombolas pelo fato dos professores ainda não estarem participando de formações ou estudos específicos sobre a temática.

Percebemos através na oralidade dos colaboradores e da observação que um dos desafios que se apresenta é quanto ao conhecimento das diretrizes e dos demais documentos que levem a construção de um do currículo voltado para o conhecimento da cultura Afro, valorização da identidade e garantia de direitos a comunidade quilombolas.

Reconhecem que é preciso conhecer e discutir um conteúdo voltado especificamente para as comunidades quilombolas, que valorizem a história dos lideres negros e dos seus heróis quilombolas.

A missão e objetivos da escola Santo André, descrito no Projeto Político pedagógico, evidencia:

> Valorizar a identidade e a comunidade local a partir da cultura do povo Quilombola [...] com a promoção de uma educação de qualidade social para todos os envolvidos. Tal perspectiva, de educar pela valorização da identidade quilombola insere-se no adentrar o universo dos saberes de ribeirinhos e quilombolas na perspectiva de aprendiz, descrevendo e analisando suas práticas que estão também no plano das relações cotidianas de natureza interpessoal e social. (Projeto Político Pedagógico, escola Santo André).

Falar de valorização da população quilombola, educação e qualidade, valorização da identidade, requer conhecimento teórico e prático, porém os professores ainda não estão capacitados para o projeto.

Nascimento ressalta que “mesmo quando respaldados por diretrizes de políticas da Educação, os professores ainda não estão preparados para serem agentes de mudança” (2006, p.102)

Gomes (2001) afirma que, todavia, não devemos culpar os professores, pois esta discussão deveria fazer parte do processo de formação dos mesmos, através de discussões teóricas e práticas, a fim de vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que valorizem a cultura negra.

De acordo com Nascimento, o material didático para o ensino diferenciado é outro obstáculos apresentado pelos professores. Os professores seguem a estrutura curricular do livro didático que não abordam as questões regionais tornando difícil a temática em sala de aula.

Silva (1998) diz que para contrapor os livros didáticos o professor deve contar a história do negro antes da escravidão, contando do Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas ocorridas durante a escravidão, das lutas de libertação; outra sugestão é mostrar obras de negros artistas, escritores, poetas, jogadores, pessoas da comunidade.

Assim, cabe à escola buscar construir relações de confiança para que o educando possa perceber-se e viver, antes de qualquer coisa, como ser em formação, e para que a manifestação de características culturais que partilhe com seu grupo de origem possa ser trabalhada como parte de suas circunstâncias de vida, que não seja impeditiva do desenvolvimento de suas potencialidades pessoais. (BRASIL, 1997, p.52)

4.3 – Processos Educativos do aquilombamento da Comunidade do Baixo Itacuruçá

Durante a pesquisa, desenvolvemos um olhar reflexivo sobre os processos educativos produzidos a partir da prática social de resistência que se manteve e permeou a organização social negra da comunidade quilombola do Itacuruçá, que foi reconhecida legalmente em 2002 e hoje se reconhece.

Entendendo por resistência os atos políticos, culturais e sociais que por meio de conflitos ou não, permitiram aos grupos quilombolas permanecerem em seus territórios de identidade e distinguirem – se do restante da sociedade. Esses atos de resistência construíram identidades e modo de vida específico que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos, mas a um conjunto de elementos políticos, culturais e históricos. Assim, resistência, identidade e território são categorias indissociáveis para os quilombolas.

Nessa conjuntura de resistência à opressão histórica sofrida, a comunidade construiu sua própria história, sua tradição cultural e seus processos educativos, concebendo - se e constituindo - se na sua singularidade, a comunidade negra rural quilombola do Itacuruçá.

No caso específico desta pesquisa, os processos educativos que contribuem para a existência quilombola do Itacuruçá foram sendo apreendidos no espaço tempo da luta pela sobrevivência. Desse modo, à medida que a educação contribuía para a resistência, ela fortalecia seus processos educativos.

E, na Interrelação entre experiência, educação e resistência, as famílias foram permanecendo, educando seus filhos, constituindo territórios - identidades que se perpetuaram até os dias de hoje.

O processo de aprendizagem é o esforço contínuo de existir na situação concreta de vida, neste esforço são muitos os processos educativos que legitimam a existência de um povo. Na construção da educação desse povo, a produção dos seus saberes não está separada dos seus fazeres cotidianos, saber e fazer se justapõem, dialeticamente, produzindo seus processos educativos.

A forma de aprender está relacionada aos modos de vida, construídas na ação coletiva e produzidas no cotidiano que são mantidos pelas estratégias

de resistência que se renovam conforme a análise e reflexão dos novos desafios oriundos do momento histórico vivenciado. Ao refletir sobre suas experiências, os quilombolas analisam seus próprios conhecimentos e o modificam. A ação consciente reflete no agir consciente sobre a realidade, constituindo a unidade dialética entre ação reflexão, que criam e recriam estratégias existentes na prática cotidiana.

Os conhecimentos vividos nestas situações se baseiam no aprendizado de saberes tradicionais que motivam a busca pela sobrevivência diária, marcado de significados para o grupo. Os conhecimentos construídos no dia- a dia, demonstram como a resistência do saberes tradicionais se perduram por anos, proporcionando a comunidade quilombola domínio e auto organização sobre o meio em que vive.

Observamos como os moradores do Itacuruçá conhecem sobre o tempo, marés, período das águas e o clima, no convívio com animais domésticos, no respeito aos animais selvagens que os possibilitam domínio sobre a natureza no respeito aos animais selvagens. A apropriação desses saberes são constituídos do sentimento de pertença do território e da própria cultura. Os saberes pautam-se na história coletiva da comunidade, construído de respeito, solidariedade e União. Essa característica fica evidente, nos convidados[25], mutirão de preparo da terra, construção de moradia, plantio de roça, produção de farinha e outras atividades. A própria forma de se organizarem para reivindicar políticas de melhoria e ações afirmativas que valorizem o saber da comunidade, através da ARQUIA e grupos comunitários como: pastoral da terra, da juventude, da família e das crianças mostram um amadurecimento político, domínio e compromisso não só pelo individual como pelo coletivo.

Assim, o domínio sobre esses conhecimentos e fazeres mantém os vínculos com as raízes ancestrais e permitem ao território, à identidade, à memória, a afirmação e valorização mediante práticas de resistência que ligam o passado ao presente, recriando o que foi invisibilizado ou negado.

[25] Atividade grupal realizada por moradores de comunidades que se juntam para efetivar uma ação coletiva em prol de um indivíduo do grupo.

O território é palco das experiências e da produção dos conhecimentos que foram e são apreendidos na escola quilombola ,nos processos educativos que se configuram nas práticas de resistência cotidiana.

Quando o Final nos remete ao começo...

Chegamos ao final desta etapa , não com a pretensão de concluir um diálogo ou finalizar uma discussão sobre a comunidade negra ribeirinha quilombola de Itacuruçá ou outra localidade, mas intencionalizamos apresentar alguns pontos de analise e reflexão que ficaram latentes na pesquisa e que consideramos necessárias para entendermos como a comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá, através dos processos educativos, estabelecem a inter relação com o conhecimento cultural e a prática social de resistência no compasso da invenção e reinvenção cotidiana dos conhecimentos produzidos historicamente na luta pela sobrevivência , sustentabilidade e afirmação e valorização da identidade quilombola.

Imbuída da intenção de investigar sobre as possíveis relações entre a educação escolar quilombola e a sua constituição como um elemento capaz de fortalecer ou não, a identidade e os processos políticos organizacionais, tomou como campo de pesquisa a comunidade quilombola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Baixo Itacuruçá que constitui o território remanescente quilombola das Ilhas de Abaetetuba, cuja a quilombola Escola Santo André, localizada neste território é intitulada a primeira escola quilombola do município .

A proximidade com a temática se deu pelo fato da autora nutrir o desejos em aprofundar o conhecimento sobre as comunidade tradicionais oriunda da experiência de gestora escolar e leitora do assunto. A escolha do *Lócus* da pesquisa , como já mencionamos na introdução, partiu da sugestão do orientador Professor Doutor Waldir Ferreira de Abreu que possui um rico trabalho nas comunidades ribeirinhas e povos tradicionais.

A pesquisa tem como objeto as práticas educativas e a diversidade étnico-racial na escola como forma de resistência de uma comunidade negra ribeirinha quilombola através de seus processos educativos. A luta pela afirmação, valorização, resistência e transformação são entendidas como movimento dialético que se fundamenta na memória e na identidade e são concretizadas em um quilombo, que entendemos ser um espaço dinamizador da cultura de matriz africana.

Na pesquisa busca-se analisar, a partir das falas dos sujeitos como a Educação escolar através do currículo, enquanto dinamizador da prática escolar, pode influenciar no processo de construção da identidade étnico-racial da criança do adolescente quilombola, refletindo sobre a relação identidade, afirmação e valorização da cultura negra e as possíveis relações de fortalecimento identitários e político organizacional que estão presentes na luta e resistência dessa comunidade quilombola.

A investigação do tema e problematização nos conduziram a formulação de objetivos de pesquisa voltados para a análise do objeto em questão. Com a formulação do objetivo pudemos compreender o processo de organização política da comunidade, conhecendo o perfil geográfico da mesma. A referida ação o nos possibilitou conhecer a constituição física e social do território, compreender sua organização e as motivações desses sujeitos para a constituição do território quilombola, como fator importante na afirmação e valorização da identidade negra quilombola.

Outro fator que deve ser destacado está relacionado a importância que a Escola e a Educação tiveram para a continuidade e manutenção da comunidade, como destacado na fala nos colaboradores da pesquisa, a saída das famílias em direção a cidade pela busca de escola, colocava em risco a comunidade. Com isso percebemos que a própria escola se evidencia como símbolo de resistência, em razão de representar melhoria na vida dos membros da comunidade, sem contar que permanecer na comunidade é o elemento primordial no enfrentamento das oligarquias, agronegócios e empresas que tentam a todo custo se expandir ao território quilombola.

Entendemos que permanecer na comunidade cultiva o sentimento de pertencimento e enraizamento ao local, que por sua vez favorece o engajamento e o compromisso com as questões da comunidade. No momento de ameaça de esvaziamento da comunidade a escola surge como elo de ligação e fortalecimento que possibilitou continuidade e conservação da sociedade quilombola .

. Com isso, percebemos que a Educação se constituiu como um objeto histórico de luta pelas comunidades, estando presente na memória dos moradores, ao longo dos anos essas reivindicações, apesar das lutas e

necessidade de melhorias estruturais, pedagógicas e legais a escola vem lutando para se afirma como colaboradora no fortalecimento e reconhecimento da identidade desse povo.

Se considerarmos que as identidades são modos de inscrição que vinculam as instituições e os seres ao meio e à cultura, a escola, querendo ou não, estará sempre presente demarca as práticas de resistência, e estão imbricadas no fazer cotidiano, criando e recriando estratégias existentes até os dias atuais.

Com a pesquisa constatamos que existem práticas que contribuem para a construção da identidade negra dos alunos, no entanto estão restritas as datas comemorativas, como é o caso da FEITRACESQ **-** Feira de Trabalhos Artesanais, Científicos e Culturais da Escola Quilombola, que é realizada no dia 20 de novembro, onde se comemora o dia Nacional da Consciência Negra, dia.O evento conta com a participação e apoio da ARQUIA e de outras instituições, como a igreja católica , evangélica e a universidade Federal do Pará. Com a feira a comunidade consegue congregar a comunidade quilombola de Itacuruçá e as demais comunidades, como escolas de Abaetetuba, comunidades ribeirinhas, políticos e empresários. Apesar da extensão e força do evento constatamos que a escola necessita dinamizar sua prática educativa, contribuir com a formação do professores proporcionando momentos de estudo e reflexão das Leis e diretrizes, contribuir com a construção do currículo da Educação Escolar Quilombola, orientado pelas Diretrizes curriculares nacionais para a educação quilombola e demais leituras sobre a temática que contribuam com a construção da identidade negra.

Nesta construção, o diálogo com o currículo deve possibilitar a recuperação da história da memória, para a realização de sujeitos históricos da luta negra, a qual depende de sujeitos autoconhecedores da história quilombola. A matriz curricular deve destacar o lugar, a importância e os limites das contribuições dos saberes quilombolas para a educação escolar, possibilitando o fortalecimento das identidades e o reconhecimento das diferenças, uma que as comunidades quilombolas brasileiras reconstituem no processo dialético de ser no mundo os conhecimentos da tradição africana.

A partir da observação direta do dia a dia da escola, percebemos que as práticas pedagógicas parecem denunciar que o currículo escolar funciona como um veículo de transmissão dos conhecimentos tradicionalmente valorizados pelos estabelecimentos de ensino, nos quais não há espaço para a diversidade cultural e as diferenças, nem para a história, a cultura, os costumes e as tradições da comunidade quilombola. Nesse sentido, o currículo acaba sendo uma reprodução da cultura dominante.

O projeto político-pedagógico, apesar de falar da necessidade de assegurar propostas e ações coletivas para buscar uma escola de qualidade e referencialmente quilombola, para ajudar na construção da identidade étnico-racial e na positivação da auto-estima do/a educando/a, os conteúdos dos componentes curriculares dos planos de ensino de cada série que compõem o documento não auxiliam a realização de seu propósito.

Assim, as práticas curriculares reforçam e reproduzem o preconceito e a discriminação racial, presentes tanto na sociedade como no universo escolar, o que não favorece os processos de construção da identidade étnico-racial nem a positivação da auto-estima dos/as educandos/as. Abrir espaços “para a diferença e para a diversidade, viabilizadas pela prática solidária, dialógica, é o desafio posto para a escola baiana contemporânea, visto que o seu contexto, por si só, indica essa necessidade” (SANTOS, 2006, p. 128).

Por fim ao concluirmos, neste momento, essa etapa da dissertação, reforçamos a idéia de que homens, mulheres e crianças da comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá precisam ser reconhecidos, valorizado e respeitados na riqueza de sua cultura e de seus conhecimentos tradicionais experienciados no seu cotidiano. A escola precisa desenvolver ferramentas e estratégias intelectuais que fortaleçam suas identidades e façam da resistência o objeto e objetivo da educação escolar.

.

FONTES DA PESQUISA

Para conhecimento da realidade da comunidade e do objeto de estudo, buscou se várias fontes que pudessem discutir categorias centrais que elucidariam a temática desta pesquisa. Entre as fontes pesquisadas destacamos:

Relatos Orais registrados a partir do roteiro de entrevistas com os seguintes informantes**:**

Entrevistass: colaboradores da pesquisa

CARVALHO, Venâncio Diogo de. Entrevista concedida. Rio Arapapuzinho: Abatetuba, 2016.

COSTA, Edilson da Conceição. Entrevista concedida. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2016.

COUTO, Felizberta Diogo do. Entrevista concedida. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2016.

COUTO, Luzia Diogo do. Entrevista concedida. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2016.

LOBATO, Clebson do Couto. Entrevista concedida. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2016.

PINHEIRO, Maria da Conceição Quaresma. Entrevista concedida. Baixo-Itacurucá: Abaetetuba, 2016.

SANTOS, Rinaldo Gomes dos. Entrevista concedida. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2015.

RODRIGUES, Lucindo Ferreira. Entrevista concedida. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2016

COUTO,Raimundo Dilo . Entrevista concedida em junho de 2016. Baixo Itacuruçá: Abaetetuba, 2016. O referido colaborador, guardião da memória da comunidade quilombola de Itacuraçá veio a falecer de problemas cardíacos aos 89 anos no dia 28 de agosto de 2016.

2- FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

- Atas de reunião da Associação de Remanescente de Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba.- ARQUIA
- Atividades e projetos aplicados em sala;
- Calendário Escolar 2016, com agenda de Atividades e programações para o ano letivo ;
- Cartazes e divulgação realizada pela comunidade;
- Certidão de nascimento;
- Cronograma de ações da secretaria de Educação para a escola Municipal;
- Dados de matricula 2015-2016 da secretaria municipal de Abaetetuba;
- Diário de Classe do Professor;
- Estatuto Social da ARQUIA
- Plano de aula;
- Plano de curso encaminhado pela secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba;
- Projeto Político Pedagógico;

3- FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS

- Cartazes e gravuras expostos na escola
- Desenho de alunos
- Fotografias de acervos das famílias e da escola;
- Fotografias feitas no decorrer da pesquisa,
- Mapas

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU**.** WALDIR, Ferreira de, OLIVEIRA, Damião Bezerra e SILVA,Érbio dos Santos (Org)**. Educação Ribeirinha: Saberes, Vivências e Formação no Campo.**2 ed. GEPEINF-UFPA. Belém. 2013.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **"Os quilombos e as Novas Etnias**." In: Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Elaine Cantarino O´dwyer (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____, Alfredo Wagner Berno de Almeida. "**Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito"**. Belém, Cadernos do NAEA, n. 10, p.163-96, abril/jun, 1989.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **A etnografia da prática escolar**. 8ªed. São Paulo: Papirus, 1995.

ARROYO, Miguel G. Currículo, Território e Disputa. 2 ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2011.

ARQUIA – Ata da comunidade sobre **Declaração de autodefinição quilombola da Comunidade do rio Baixo-Itacuruçá.** Abaetetuba, 12 de Julho de 2000.

_____ . **Estatuto Social**. Abaetetuba, 26 de abril de 2011.

BAÍA, Vilma. A CRIANÇA NEGRA nos currículos da educação básica. **Revista Presença Pedagógica.** Belo Horizonte, v. 7 n. 38. p. 67-73, mar./abr., 2001.

BARBOSA, Lúcia de A. et al. (org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2003

.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL, MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** 2012.

_____ . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9394. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**– Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Constituição Federal (1988). **Ato das disposições constitucionais transitórias**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

_03/_ato2007- 2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 11/10/2015.

_____. Lei n.° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Presidência da República [do Brasil], Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/L10.639.htm >. Acesso em: 05 de julho de 2015.

_____. Ministério da Agricultura.Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) **Relatório anual 2012**– Incra. Brasília, DF: Ministério da Agriucultura: Incra, 2012.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília, DF: CNE, 2011.

_____. **Quilombolas**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 1° fev. 2016.

_____ Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR). **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <www.seppir.gov.br/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2015.

_____ . **Relatório do Programa Brasil Quilombola**, gestão 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <www.seppir.gov.br/. arquivos/pbq.pdf>. Acesso em: 5 ago.2015.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Reflexões sobre o Multiculturalismo na Escola e a Formação Docente. In: **Ênfases e Omissões no Currículo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001, p. 15 – 44.

CANEN, Ana ; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. **Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso das Diretrizes Curriculares para a Formação Docente.** Ensaio; aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13.n. 48, p. 333 – 344, jul/set., 2005

CARDOSO**,** Maria Barbara da Costa. **Saberes ribeirinhos e quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos da comunidade de São João do Médio Itacuruçá.** Abaetetuba/PA. Dissertação de Mestrado, UFPA, 2012.

CARVALHO, Ana M. [et al.]. **Brincadeira e Cultura**: viajando pelo Brasil que brinca: v. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CASTELLS,M. **O Poder da identidade**. São Paulo:Paz e Terra.1999.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2005. 7 ed.

CIAMPA, Antonio da Costa. A Estória do Severino e a História da Severina. Um Ensaio de Psicologia Social. 4 ed.São Paulo. Brasiliense. 1994.

_____ .As Categorias Fundamentais da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1998

_____ . Identidade. In: Silvia T.M. Wanderley Codo. (orgs). Psicologia Social: O homem em movimento.4 ed.São Paulo: Ed Brasiliense,2004, p.58-75.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Memória e Revitalização Identitária:** Ribeirinhos e Ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba. Abaetetuba/PA, 2006.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros**: Uma face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista. EDUSF, 2002.

FORQUIN, Jean – Claude. Escola e culturas: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar tradução: Guacira Lopes Louro; revisão e supervisão técnica : Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____ . **Extensão ou comunicação**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____ . **Pedagogia do oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____ . **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____ . **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ . **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Ed Moraes, 1980.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). **Comunidades de remanescentes quilombolas tituladas**. Brasília, DF, [200-]. Disponível em:<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>. Acesso em: 1/02/2016

FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**. Métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

GOHN. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.2010b.

_____ , Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003a.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade Étnico-cultural**. In: RAMOS, Marise Nogueira Ramos; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento.

(coords.). - Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

_____, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra. In: Aletria: alteridades em questão**, Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47.

_____, Nilma Lino. **Educação e Raça:** perspectiva políticas, pedagogia e estética. Belo Horizonte.: Autêntica. 2010.

_____, Nilma Lino. (ORG) Literaturas Africanas e afro- brasileiras na prática Pedagógica. Autêntica. 2008.

_____, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação** cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, set./out./nov./dez. 2002.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v.12, n.1, pp. 98-109, an/Abr 2012.

_____, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O desafio da diversidade In: **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 2 ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-33, 2006.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Caminhos transversos: territórios e cidadania negra**. In: Eliane Cantarino O'Dwyer (org.).**Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

_____ . **Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo**. **Palmares em Revista**, Brasília, DF, n. 1, p. 1-13, 1996.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T . T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

HASENBALG, Carlos. ***Discriminação e desigualdades raciais no Brasil***. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

_____, Maria Auxiliadora. **Urgência na educação das comunidades quilombolas**. [S.l]: Educa Tube, 2011. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigo-12-09-2011>. Acesso em:14/06/2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1993.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10º Ed Petrópolis: Vozes,. 2013.

_____, (ORG) Currículo, Cultura e Sociedade. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidney. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa** – formação. Brasília, DF: Liber Livros, 2006.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2006. 5 ed.

MEC. Contribuições para implementação da Lei 10.639/03. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/03. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR - 2008, 2008

MOEHLECKE, Sabrina. AS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009 .Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf . Acesso em 23 de setembro de 2016

MOURA, Glória. Aprendizado nas comunidades quilombolas: currículo invisível. In: BRAGA, Maria Lucia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flavia Magalhães (organizadoras). – Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala** – quilombos, insurreição, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **História do negro no brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus Identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**. In: RAMOS, Marise Nogueira Ramos; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. (coords.). - Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: IBECA, 2003.

_____. **Epistemologia da ancestralidade**. [Fortaleza, 2009]. Disponível em: <http:\\www.entrelugares.ufc.br\ entrelugares2\ pdf \ eduardo.pdf>. Acesso em: 15/11/2015
.

OLIVEIRA, Irene Dias de. Das culturas tradicionais africanas. In: SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano. **Nossas raízes africanas**. São Paulo: Centro Atabaque de Cultura Negra e Teologia, 2004.
.

OLIVEIRA, Maria Waldenez et al. **Processos educativos em práticas sociais**: reflexões teóricas e Metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. [S.l.]: ANPED, 2009.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os remanescentes de quilombolas na região do Tocantins (PA): história, cultura, educação e lutas por melhores condições de vida. In: BRAGA, Maria Lucia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flavia Magalhães (organizadoras). –Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth S. **Brasil, afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RATTS, . A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. In: RAMOS Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas gerais do século XVII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (org.). Negro e Educação: Identidade negra, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2003.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Matilde. Prefácio. In: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. Movimento negro, raça e política educacional. Texto apresentado na 28ª Reunião Anual da ANPED, realizada no período de 16 a 19 de outubro de 2005 em Caxambu/MG.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Serv. De publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2005

_____, O Currículo como Fetiche: a poética e a política do texto curricular. 1 ed. 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____, (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (org). **Educação e Ações Afirmativas. Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasilia. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. 2003.

_____, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Org) .**O Pensamento Negro em educação no Brasil. Expressões do movimento Negro**. São Carlos. Editora da UFSCAR.1997.

_____, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Org). Negro e Educação.

Identidade negra pesquisa sobre o negro e a educação no Brasil. ANPED. Ação Educativa. Fundação Ford. Editora Vozes. Petrópolis RJ.

SLENES, Rober W. **Na Senzala uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava**. 2 ed. Campinas. SP. Editora da UNICAMP. 2011

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WOODWARD, K. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.

VALLA, Victor Vicent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas**. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p.177-190, 1996. (Semestral).

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC
Linha de Pesquisa : Educação Básica, Tecnologia e Movimentos Sociais na Amazônia

EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: O PAPEL DA ESCOLA SANTO ANDRÉ NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE

A Educação Escolar Quilombola está fundamentada na vivência e organização coletiva, valores ancestrais, relação com a terra e com o sagrado, dos quais precisam ser incorporados no espaço escolar das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes quilombolas.

Roteiro de entrevista (Comunidade – pais e alunos)

A. Narrativa sobre a família, como foi que chegaram no Itacuruçá; Avós, pai e mãe;

1- De onde vem a família do seu pai e a família de sua mãe e como chegaram as terras de Itacuruçá ?

2- Como adquiriram essas terras ?

3- Quantos moram no Itacuruçá e na região ?

4- Existe alguma história da sua família que contribui para o quilombo de Itacuruçá?

6- Você se considera um quilombola? Por quê? Como você identifica suas raízes quilombolas?

7. Você se sente confortada ou incomodada por ser denominada de quilombola da comunidade e da região?

B. A infância, a vida adulta e a constituição da própria família (casamentos e filhos);

1. Quando e onde nasceu?

4. Quais hábitos \ costumes permaneceram em você que foi adquirido da sua vida familiar?

Práticas culturais, cotidiano e resistência. (rede de fazeres e saberes e o cotidiano)

1. Conhece a história inicial da comunidade do Itacuruçá?

2- O que fazem as famílias durante a semana e nos finais de semana aqui na comunidade?

3. Existem costumes-hábitos que você acredita ser da comunidade, histórias que somente vocês conhecem e passam para os filhos e netos?

4. Quais os traços\características que são próprias de vcs que outra comunidades não tem?

5. Por que você acha que o Itacuruçá foi reconhecido como quilombola? Em sua opinião o que contribuiu para que o Itacuruçá fosse reconhecido como comunidade quilombola? O que facilitou para esse reconhecimento?

6. O que o(a) senhor(a) pensa ou sente quando conversamos sobre esses assuntos?

Terceira parte – Quilombo e a escola

Práticas educativas, relação com a escola e o saber construído sistematicamente

1- Qual a sua relação com a escola?

2- Qual a contribuição da escola para você e para a comunidade?

3- - Os conteúdos ensinados pela escola fortalece a comunidade? Como?

4- - Você participa de reuniões promovidas pela escola para discutir assuntos sobre conteúdos escolares, projetos e situações da escola?

5- Você já foi convidado pela escola para participar de algum debate ou exposição de trabalhos que envolvam seus conhecimentos?

6- Que saberes quilombolas são trabalhados pela/na escola ?

Quarta parte – Sentimento de identidade e Pertencimento

1- Qual a sua cor?

2-Você se sente um quilombola? Porque?

3-Como você descreve as característica quilombola (identidade)

4- Na sua opinião, como a escola deveria trabalhar com os saberes quilombolas para afirmação da identidade da comunidade

Roteiro de entrevista (Professores , coordenador e gestor)

Currículo Escolar, identidade, conhecimento e resistência. (Os saberes escolar e cotidiano)

1-Há quanto tempo você trabalha nessa Escola? Sua lotação na escola foi opção própria ou da secretaria?

2-) Para você o que caracteriza uma escola quilombola?

3-) Em sua opinião a escola quilombola Santo André atende os anseios educacionais comunidades de Itacuruçá?

4-) O que diferencia a escola quilombola das demais escolas?

5-) A escola estadual quilombola Santo André de Itacuruçá valoriza a identidade cultural dos alunos?

6-)Que conhecimento você tem das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e da LEI 10.639/2003 ? Como você trabalhar com as questões afro-descendentes em sala de aula?

7-)Quais são as maiores dificuldades encontradas por você para trabalhar as questões referentes a cultura quilombolas ,História da África e Cultura afro brasileira em sala de aula?

8-)O sistema de ensino municipal ou estadual apresentou pra você proposta ou diretrizes para você falar da cultura afro-descendente em sala de aula?

9-)A comunidade cobra da escola a valorização da identidade cultural quilombola?

10-Do seu ponto de vista, como a escola poderia contribuir para a valorização da identidade cultural quilombola?

Roteiro de entrevista (Representante da comunidade quilombola)

Resistência e Movimentos para a Visibilidade e Afirmação quilombola

1- Na sua opinião o que caracteriza uma escola quilombola?

2- Como foi o processo de implantação da escola?Você considera importante uma escola quilombolas? Por quê?

3- Você considera a Escola Santo André uma referencia de Educação Quilombola? Por quê?

4- Será que de fato a escola está conseguindo desenvolver uma educação para quilombolas?

5- Como o senhor avalia a escola quilombola Santo André atualmente?

6- A sua comunidade participou das discussões para a construção de uma escola diferenciada para os Remanescentes de Quilombos aqui do município de Abaetetuba?

7- Como tem se dado o processo de resistência por parte da comunidade para a conquista e manutenção dos direitos da comunidade quilombola? Como a escola tem contribuído e participado desse processo de resistência?

8- Na sua opinião os professores estão preparados para trabalhar com os alunos quilombolas?

9- Qual a participação do governo municipal e estadual na escola?

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu_____,estou ciente da minha participação na pesquisa **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: O PAPEL DA ESCOLA SANTO ANDRÉ NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE ,** cujo objetivo é fazer um estudo sobre o processo de educação e resistência por meio da interação com o cotidiano das pessoas da comunidade quilombola, observando a manifestação deste fenômeno no rio Baixo-Itacuruçá. Os dados serão coletados através de observações, entrevistas com alguns professores e membros da comunidade, registro cursivo, fotográfico e gravações. Sei que as informações coletadas são sigilosas e serão utilizadas para fins da pesquisa.

Estou ciente de que posso obter esclarecimentos ou informações sobre o estudo junto á pesquisadora.

Abaetetuba, Pa ____de _____de 2016.

_____

Assinatura do colaborador da pesquisa

_____

Assinatura da pesquisadora

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu_____,estou ciente da participação do meu(minha) filho(filha) na pesquisa **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO BAIXO ITACURUÇÁ EM ABAETETUBA NO PARÁ: O PAPEL DA ESCOLA SANTO ANDRÉ NA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE ,** cujo objetivo é fazer um estudo sobre o processo de educação e resistência por meio da interação com o cotidiano das pessoas da comunidade quilombola, observando a manifestação deste fenômeno no rio Baixo-Itacuruçá. Os dados serão coletados através de observações, momentos de brincadeiras, entrevistas com alguns alunos da instituição, registro cursivo, fotográfico e gravações. Sei que as informações coletadas são sigilosas e serão utilizadas para fins da pesquisa. Como responsável pela criança, poderei obter e solicitar informações do estudo e esclarecer dúvidas em qualquer momento do processo.

Estou ciente de que posso obter esclarecimentos ou informações sobre o estudo junto á pesquisadora.

Abaetetuba, Pa____de _____de_____

_____

Assinatura do responsável pelo aluno

_____

Assinatura da pesquisadora